

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL**

**SOBRE AS ÁGUAS A IDENTIDADE: A
CONSTRUÇÃO DO MAB NA REGIÃO DO ALTO
URUGUAI**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Maria Luiza Favassa

**Santa Maria, RS, Brasil
2012**

SOBRE AS ÁGUAS A IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DO MAB NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

Maria Luiza Favassa

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Brasil do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em História do Brasil.**

Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-graduação em História**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização**

**SOBRE AS ÁGUAS A IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DO MAB
NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI**

elaborada por
Maria Luiza Favassa

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em História do Brasil

COMISSÃO EXAMINADORA

Diorge Alceno Konrad, Dr.
(Presidente/Orientador)

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dr^a. (UFSM)

João Julio dos Santo Junior, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 20 de dezembro de 2012.

RESUMO

Monografia de Especialização
Programa de Pós-graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

SOBRE AS ÁGUAS A IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DO MAB NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

AUTORA: Maria Luiza Favassa

ORIENTADOR: PROF. DR. DIOERGE ALCENO KONRAD

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 20 de dezembro de 2012.

A luta dos atingidos por barragem na região da Bacia do Alto Uruguai, no Sul do país foi de grande importância para a constituição do chamado Movimento do Atingidos por Barragens (MAB). Este trabalho realizou-se baseado no estudo da construção do Movimento e de sua identidade tendo como ponto de partida a luta organizada realizada pela população atingida pela construção da barragem de Itá, SC e como o percurso de lutas ocorrido nesse contexto possibilitou a união, a organização e a construção de uma identidade para os atingidos em âmbito nacional.

Palavras-chave: Itá- SC. Atingidos por Barragem. Movimento Social. Identidade.

ABSTRACT

Conclusion Work Degree
Specialization in History of Brazil
Universidade Federal de Santa Maria

SOBRE AS ÁGUAS A IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DO MAB NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI

AUTORA: Maria Luiza Favassa

ORIENTADOR: PROF. DR. DIORGE ALCENO KONRAD

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 20 de dezembro de 2012.

The struggle of those affected by the dam in the region of the Upper Uruguay, in the South of the country was of great importance for the constitution named Movement of Dam-Affected People (MAB). This work was based on the study of the construction of the Movement and its identity having as beginning the organized struggle conducted by people affected by dam construction in the Town of Itá, State of Santa Catarina and as the route of fights occurred in this context enabled the union, organization and building an identity for those nationwide affected

Keywords: Ita-SC. Affected Dam. Social Movement. Identity.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – Reportagem Itá: “Até Quando?” Em “A Enchente do Uruguai”.....	50
ANEXO 2 – Reportagem “Usina de Itá é inaugurada hoje em clima de tensão”.....	52
ANEXO 3 – Reportagem: “Manifestantes enfrentam polícia”	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CONCEITO DE ATINGIDO.....	11
1.1 Algumas abordagens a respeito dos Movimentos sociais na América Latina..	11
1.2 Quanto ao Polêmico Conceito de Atingido.....	15
2 Da criação da CRAB à fundação do MAB.....	18
2.1 “A Economia Vai Bem, Mas o Povo Vai Mal” (presidente Médici): Contexto Político e Econômico.....	19
2.2 A Formação da CRAB e do MAB.....	21
2.3 Principais Objetivos do Movimento.....	27
2.4 Outras opiniões a respeito da atuação do MAB na região do Alto Uruguai.....	28
3 A IDENTIDADE DO MAB.....	31
3.1 Identidade dos Atingidos: Revisão Bibliográfica.....	34
3.1.1 A Bandeira: Elementos de Construção de Uma Identidade Própria.....	41
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS.....	50

INTRODUÇÃO

Quando realizei minha pesquisa na cidade de Itá para a elaboração do trabalho de conclusão de graduação em História, fui à busca de informações a respeito dos impactos causados sobre a usina na vida da população daquela cidade. Contudo, me deparei com uma grande dificuldade, pois não havia arquivos que me apontassem documentações a respeito desse tema. Meu interesse naquela época era o estudo sobre as mudanças trazidas para os itaenses, já que sua antiga cidade havia sido desterritorializada e os impactos disso são relevantes, pois a cheia causada pela barragem trouxe profundas transformações para a região do Alto Rio Uruguai afinal onze municípios foram atingidos, sobretudo Itá.

Procurei realizar meu estudo acerca das questões da identidade, tanto individual, como coletiva através do foco da memória. Realizei entrevistas com parte da população atingida e foi muito gratificante, pois, apesar não existirem muitos documentos escritos a respeito do contexto da desterritorialização, as pessoas que fizeram parte desse cenário tinham muito a dizer e, sobre o foco da memória, ninguém melhor do que elas para falar da história que vivenciaram.

Para o desenvolvimento do terceiro capítulo daquele trabalho, onde tratei a respeito do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) me deparei mais uma vez com a carência de fontes documentais. A presença, a atuação do Movimento na cidade parecia não haver existido. Pensei, então em entrevistar alguém que tivesse tido contato com a luta dos atingidos, ou melhor, ainda, que tivesse participado dela, mas também não foi possível. Conversei com os entrevistados a respeito do MAB, mas nenhum deles via com bons olhos a atuação desse na região e em alguns momentos o gravador teve que ser desligado e isto me fez pensar em algo que já havia me chamado atenção antes: a nova cidade de Itá que é uma cidade muito bonita, planejada, e voltada para o turismo, para o entretenimento, enquanto que a antiga cidade era agrícola e a maioria da população vivia no campo.

Acreditando que em nossa sociedade os laços, as raízes, os vínculos identitários do homem com a terra, com a sua família, com a sua profissão são fundamentais para sua experiência e para o sentir-se parte dessa sociedade me intrigou o fato de que a cidade aparenta não ter sentido as rupturas nesse sentido. Não quero dizer que isso é completamente ignorado, não, a cidade possui museu, preservou as torres da antiga

igreja de forma fortemente simbólica, pois essas foram colocadas sobre a água barrada pela usina, como se toda a igreja estivesse submersa pelas águas.

Os entrevistados pareciam admitir as perdas que tiveram apesar da cidade ressaltar muito os ganhos, mas, como foi dito anteriormente, o município baseava sua economia no trabalho com a terra e hoje vive principalmente do turismo. Onde está o trabalhador do campo? Para onde foi? Conversando com os moradores percebi que do ponto de vista pessoal, da memória individual os danos foram percebidos e não foram poucos, sobretudo os que se referem aos impactos culturais, sociais, de identidade, mas do ponto de vista da memória coletiva eles não pareceram ser percebidos da mesma forma. Apesar dos inegáveis prejuízos ecológicos, econômicos, etc. A aceitação da cidade, para o turista que chega, em relação aos acontecimentos engendrados pela construção da usina parece ser pacífica; e as resistências, os conflitos não aparecem preservados documentalmente na atual cidade. Seu museu e sua memória conservam o passado mais remoto, do colono italiano, trabalhador, que construiu e desenvolveu a antiga cidade através de seu trabalho no campo, mas a luta do trabalhador no campo no momento em que perdeu seu território, não é mencionada.

Desse modo, ao realizar minha primeira pesquisa, uma enorme lacuna a respeito do tema que trata da atuação do MAB no município ficou exposta e isso possibilitou que minha insistência na busca resultasse em uma nova, agora focada no movimento, mas ainda sobre o viés da identidade. Como na região, sobretudo na cidade de Itá, não existiam muitos registros de memória e preservação da identidade do atingido militante, procurei expressões nesse sentido dentro do próprio movimento e dentro das teorias dos movimentos sociais produzidas por pesquisadores e através do contato com militantes. Contudo, não na cidade de Itá, já que muitos tiveram de abandoná-la e migrar para outras regiões, para reassentamentos onde pudessem continuar seu trabalho com a terra.

A respeito do trabalho científico das ciências sociais, Pedro Demo aponta que, como a realidade social não é evidente, nem se dá à luz com facilidade, sendo muito diferente o que aparece à primeira vista e o que encontramos na profundidade, pesquisar carece de método. E, coloca ainda, que a metodologia nas ciências sociais difere da metodologia aplicada nas ciências naturais na face diversa da realidade social onde aparece o homem como ator (DEMO, 1995, p.13).

Por saber que os conflitos fazem parte da realidade social, como também é fator fortemente presente dentro do cenário específico das construções de grandes barragens

através dos projetos de usinas hidrelétricas, não me pareceu convincente a aparente pacificidade demonstrada em Itá.

Uma busca mais focada me permitiu maior concentração nesse tema específico, através de fontes que trabalhassem com o tema da luta dos atingidos. Muitas foram as minhas surpresas, muita coisa interessante pude descobrir e em minha volta à cidade de Itá encontrei um arquivo repleto de recortes de jornais impressos, apesar da dificuldade de encontrar pessoas ligadas ao movimento. Também fui até a cidade de Erechim, onde fica a sede da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens, que corresponde a área atingida da Bacia do Alto Uruguai, inclusive Itá, porém não consegui entrevistar nenhum membro, nem encontrei ali arquivo para a pesquisa. O período era de reformas físicas na sede e de reuniões e agendas lotadas para seus membros, todavia, tive a oportunidade de entrevistar um pesquisador, residente em Erechim, Dirceu Benincá, autor do livro “Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens” que analisa as ideologias políticas dentro do Movimento. Benincá é mestre e doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP e graduado em Teologia pelo Instituto de Teologia e Pastoral (Itepa) de Passo Fundo/RS. Seu principal interesse de pesquisa, segundo ele são as questões relacionadas aos Movimentos Socioambientais.

Também realizei entrevista com a professora aposentada de Biologia, Leonilda Maria Funez, de Concórdia, SC, um dos onze municípios afetados pela cheia do Rio Uruguai. Leonilda participou diretamente da militância do MAB por mais de vinte anos.

Destarte, esse trabalho foi elaborado através da análise de fontes bibliográficas a respeito de seus pontos centrais: Movimentos Sociais, Identidades, Construção do MAB e na Região da Bacia do Alto Uruguai. O primeiro capítulo desse trabalho tratou das formulações teóricas a respeito dos movimentos sociais, sobretudo na América Latina e também de uma breve explanação sobre o conceito de atingido.

No capítulo seguinte foi problematizado o contexto de criação do MAB através de sua ligação com a luta dos atingidos na Bacia do Rio Uruguai. No último subitem desse capítulo faz-se uma pequena análise das fontes de jornal impresso, por mim levantadas e selecionadas, apontando alguns pontos de vista a respeito do tema.

A questão da Identidade é tratada através das teorias a respeito dessa e também dos trabalhos de pesquisa centrados na identidade dos atingidos por barragens. Cabe aqui ressaltar que a identidade de atingido, especificamente tratada aqui não diz respeito aos atingidos como um todo (de forma direta ou indireta) como foi tratado no primeiro capítulo, mas sim do atingido que faz parte da luta dentro do MAB.

1 SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CONCEITO DE ATINGIDO

Em linhas gerais, o conceito de movimento social se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, conforme seus valores e ideologias dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específicos, permeado por tensões sociais. Podem objetivar a mudança, a transição ou mesmo a revolução de uma realidade hostil a certo grupo ou classe social. Seja a luta por um algum ideal, seja pelo questionamento de uma determinada realidade que se caracterize como algo impeditivo da realização dos anseios deste movimento, este último constrói uma identidade para a luta e defesa de seus interesses. Torna-se porta-voz de um grupo de pessoas que se encontra numa mesma situação, seja social, econômica, política, religiosa, entre outras. Gianfranco Pasquino em sua contribuição ao *Dicionário de Política* (2004) afirma que os movimentos sociais constituem tentativas – pautadas em valores comuns àqueles que compõem o grupo – de definir formas de ação social para se alcançar determinados resultados.

No que diz respeito ao termo atingido, em seu trabalho de dissertação, *Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens*, apresentado ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, André Dumans Guedes expõe o conceito que, para ele, melhor define o termo atingido: “aquele que sofre algum dano pela construção da barragem ou aquele que sujeito político oriundo da resistência, mobilização e lutas contra as barragens”. (GUEDES, 2006, p. 33)

Este conceito, no entanto, passou por diversas formulações. Vainer coloca que a palavra atingido possui um conceito complexo e em disputa, que envolve elementos econômicos, políticos, sociais, ambientais, culturais, étnicos e simbólicos (BENINCÁ, 2012, p.118).

O presente capítulo abordará as discussões acerca desses dois conceitos – movimento social e atingido - trazidos para o contexto do objeto estudado nessa pesquisa, o MAB.

1.1 Algumas abordagens a respeito dos Movimentos sociais na América Latina

Ao realizar sua análise sobre os movimentos sociais na América Latina, Maria da Glória Gohn afirma que sua análise é formulada prioritariamente no campo da política, pois, independentemente de suas demandas, os movimentos sociais são expressões de poder na sociedade civil e sua existência se desenrola em um contexto de correlação de força social. Para a autora, “*eles são, portanto, fundamentalmente, processos políticos sociais*” (GOHN, 1998, p. 211).

Ao formular um conceito dos movimentos sociais, Gohn nos coloca que esses são:

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios, e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade (Ibid., p. 214).

Para a autora, esses atores sociais coletivos criam uma identidade coletiva para o movimento que, a partir de interesses comuns, realizam ações que desenvolvem um processo social e político-cultural criador dessa identidade, permeada pela força do princípio da solidariedade e tendo por base um referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo em espaços não institucionalizados.

Nesse contexto, os movimentos participam direta ou indiretamente da luta política de um país e acarretam diversas inovações na esfera pública (estatal e não estatal) e privada, contribuindo, assim, para uma mudança social e histórica. O caráter dessas mudanças pode, porém, ser tanto progressista como reacionário e conservador, pois suas ações e transformações dependem das forças políticas às quais estão articulados. Os movimentos sociais contam, também, com o apoio de organizações e entidades da sociedade civil e política (como é o caso da Comissão dos Atingidos por Barragens - CRAB, a qual será abordada em outro subitem deste capítulo) e sua ação é constituída por demandas socioeconômicas ou político-culturais que contém em si problemáticas conflituosas da sociedade da qual fazem parte.

Castells (2003, p. 04), na obra *O poder da identidade*, faz um delineamento do amplo panorama dos movimentos sociais contemporâneos, considerando a pluralidade de formas assumidas pelos movimentos sociais, tendo como principal eixo analítico as identidades. Para o autor, as identidades são fontes de significado e experiências para os atores sociais, originadas e construídas por eles. Segundo ele, “a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia,

instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso.” Para Castells a construção social da identidade ocorre em um contexto determinado por relações de poder, o que suscita tensões e conflitos e aponta três formas e origens de construção de identidades: legitimadora, de resistência, de projeto. Sobre essas formas, o sociólogo espanhol afirma:

Identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação sobre os atores sociais (...); a identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (...); identidade de projeto- quando os atores sociais, servindo-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e de provocar a transformação da toda estrutura social (CASTELLS, 2003, p. 04-05).

Nesse sentido, o autor ressalta que as identidades originadas como resistência podem se converter em identidades de projeto e mesmo tornarem-se dominantes no interior da sociedade. A identidade de resistência cria formas de reação coletiva que não seriam possíveis acontecer de maneira individualizada. O autor também diferencia sujeitos de indivíduos, afirmando que “os sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos” (Ibid., p. 07). Para ele, os sujeitos são sempre atores sociais coletivos.

Quanto aos estudos acerca do território latino-americano, Maria da Glória Gohn explica que estes surgiram em um momento histórico importante, “de crescimento econômico, controle social pelos regimes militares, arrocho salarial dos trabalhadores, supressão das liberdades individuais, crescimento das demandas de consumo das camadas médias, expansão do ensino superior e da tecnocracia estatal”. Com isso, o estudo dos movimentos sociais passou a ganhar espaço dentro das ciências sociais.

Consequente, apesar de os movimentos sociais que ocorreram na Europa na década de 1960 influenciarem aqueles engendrados na América Latina, são os chamados movimentos populares que irão ganhar destaque no Continente. Os estudos a respeito dos movimentos populares surgem, também, sob influência daqueles desenvolvidos na Europa. A aproximação com algumas das teorias europeias, como a de Castells- focada na sociedade civil, era também condutora para a ação, pois apontava para a visão dos movimentos sociais como elemento hábil de uma redemocratização do

Estado e da sociedade em geral (Ibid., p. 214-5). No que diz respeito ao caso brasileiro, Gohn coloca:

Em primeiro lugar, destaquemos o passado colonial, escravocrata e/ou servidão indígena, baseado na monocultura e/ou exploração intensiva de seus recursos naturais. No século XX apenas alguns países latinos se industrializaram, de forma parcial, dependente e atrelada às necessidades dos carros-chefes da economia internacional capitalista desenvolvida (Freire, 1933; Azevedo, 1944; Prado Jr., 1969; Furtado, 1967; Oliveira, 1972).

Em segundo lugar, o tipo de Estado nacional configurado foi fruto de lutas internas intensas em que a maioria das elites políticas sempre foi representante dos interesses econômicos subordinados a capital internacional. O passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma “naturalização” das relações entre cidadãos (ou não cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser norma geral, vista como natural pela própria população. Este fato dificultará a criação de espaços livres, democráticos ou a consolidação e o aprofundamento de períodos de democratização (Ibid., p. 220).

Mencionando Ianni (1975), Gohn aponta que, a partir dos anos 1960 o modelo econômico brasileiro se modificou devido à aliança com o capital internacional, transformando também nosso modelo político: entramos na era dos regimes militares. O modelo de desenvolvimento passou a se basear no tripé militares, empresário nacional (urbano e industrial) e capital internacional. Já o período final dos anos 1970 e nos anos 1980 corresponde à fase de redemocratização e substituição da ditadura militar por regimes civis, por intermédio da mobilização da sociedade civil e suas políticas internas. Naquele contexto, para Gohn, “os movimentos sociais cresceram em número, ganhando diferentes tipos e matizes, e lograram visibilidade em sua luta pela redemocratização ou por causas específicas (Brant, 1975 e 1980; Gohn, 1982 e 1985; Kowarick, 1987; Krisckh e Warren, 1987; Sader, 1988)” (Ibid., 226).

As transformações na cultura política latino-americana se baseiam, naquele contexto (graças à mobilização coletiva e sua transformação social), em uma visão de direitos sociais e da cidadania coletiva de grupos oprimidos e/ou discriminados.

Na análise de Maria da Glória Gohn, os movimentos populares eram hegemônicos diante dos demais movimentos sociais, pois suas lutas reivindicavam as necessidades sociais básicas à sobrevivência como: luta por terra, comida, casa, equipamentos coletivos básicos, direitos básicos e elementares.

Ainda nos anos 1970, Castells advertia que não bastavam apenas existir carências para existir um movimento, pois essas necessitam ser traduzidas em demandas que se transformarão, por sua vez, em reivindicações realizadas por ações coletivas. A

formação de um movimento social, neste sentido, se daria, essencialmente, pelo conjunto desse processo. Para o autor

O que une as carências até a sua formulação em reivindicações são ações concretas dos homens, ações que só projetam aqueles homens em algum tipo de cenário após fundirem a social demandatória junto ao núcleo alvo de suas reivindicações e à mídia, o lugar das demandas na conjuntura político-econômica do momento e a cultura política do grupo reivindicante em termos da trajetória que tenha construído ao longo da história. (CASTELLS apud GOHN, 1998, p. 110).

Sendo assim, o campo de forças de um movimento social será gerado pelo conjunto dos fatores: carências, legitimidade de demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultural política do grupo.

1.2 Quanto ao Polêmico Conceito de Atingido

A primeira concepção, adotada pelo setor elétrico, foi a territorial-patrimonialista, na qual os direitos eram apenas percebidos aos empreendedores na desapropriação por interesse público. Apenas era visto como território atingido a área estritamente alagada, sendo considerados atingidos apenas os proprietários de terras inundadas, enquanto o restante da população era tratado apenas como um obstáculo a ser removido.

Um conceito um pouco mais expansivo é aquele que se baseia na concepção hídrica: que percebe o atingido como conjunto da população desalojada pelas barragens e inclui, além dos proprietários, os não proprietários (ocupantes, posseiros, meeiros, etc.) como atingidos. No entanto, os efeitos causados sobre as populações circunvizinhas às áreas inundadas não são levadas em consideração. (BENINCÀ, loc. cit).

O conceito utilizado no caso da barragem de Itá parte dessa visão hídrica e prevalece ainda em algumas regiões do país. Apesar disso, os integrantes do Movimento da Região de Itá não percebem o conceito dessa mesma forma, como coloca a entrevistada Leonilda Maria Funez:

Eu não fui uma atingida direta, mas fui uma atingida indireta. A Barragem chegou até próximo... até a divisa da terra do meu pai. Aí nós não seríamos atingidos diretos, mas nem por isso não me preocupou. Desde que começou a divulgação de que seria construída essa Barragem eu procurei entender, procurei saber. As principais informações do que poderia acontecer eu tive

através do Sindicato dos Trabalhadores rurais de Concórdia... Na época eu era professora e sempre tive uma preocupação com as questões sociais e ambientais. Então passei a me interessar por este empreendimento. O que é que iria acontecer com a região? (Leonilda Maria Funez, 2012)

O depoimento de Leonilda chama atenção para fatos importantes, por certo tempo negligenciados. A percepção de que a construção de uma barragem afeta não apenas as áreas alagadas, afeta todo ambiente ao seu redor e que não apenas os danos ecológicos devem ser considerados, mas também os impactos sociais. A entrevistada afirma ainda:

O maior impacto foi o cultural. Remover aquelas famílias do seu lugar de origem, onde nasceram, se criaram...as pessoas mais velhas...você obrigar a sair assim. Ou seja, o abandono compulsório daquela terra que eles tinham, da moradia, da comunidade. Quantas comunidade atingidas! Quantas comunidades destruídas! (Leonilda Maria Funez, 2012)

Uma caracterização feita pelo Banco Mundial, através da Internacional Financial Corporation, em 2001, descreve o atingido como o conjunto dos “fisicamente ou economicamente deslocados”. Incluem-se aqui proprietários e também aqueles que não possuem título legal de terra nas áreas inundadas, como também os prejudicados em suas atividades econômicas decorrentes do empreendimento, independentemente de sua localização físico-territorial, assim como as comunidades anfitriãs dos chamados reassentamentos involuntários.

A Comissão Mundial de Barragens se refere ao atingidos como “deslocados fisicamente e em seus modos de vida”. Adverte para as consequências sobre a população à jusante e residentes em áreas de diversos subprojetos vinculados às barragens, como linhas de transmissão, canteiros de obras, vias de acesso, entre outros. A Comissão adiciona uma dimensão temporal, ao considerar que existem grupos sociais, famílias ou indivíduos que sofrem os efeitos do anúncio da obra, enquanto outros sofrem com a execução da obra e alguns são afetados com a cheia do reservatório (VAINER, 2003, p. 51).

Benincá relata a formulação do conceito de atingido feita no I Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1989:

Nesta categoria o Movimento incluía todos aqueles que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das usinas hidrelétricas, independentemente de serem atingidos diretos ou indiretos. O conceito foi retomado *a posteriori* pelo Movimento, que passou a considerar atingido direto não só quem é afetado com as obras das barragens, mas também toda população que é onerada com pesadas tarifas de energia (Id., 2011, p. 120).

Tratando a respeito das perdas sentidas pelos moradores atingidos pela Barragem de Itá, Grazioli comenta: “Não era só sentimento de perda dos investimentos financeiros, acompanhou os itaenses a dor de abandonar o próprio chão, de perder os vínculos com os amigos, de não saber caminhar pelo desconhecido. (2006, p. 310).

No que diz respeito ao movimento(s) criado pelas populações atingidas por barragens, Vainer, indaga: “Até que ponto é pertinente tratá-lo como um único movimento? Através de acontecimentos marcados por conjunturas diversas, por contextos econômicos, sociais e políticos variados, é possível falar-se de uma história? A escolha de uma escala nacional não poderia obscurecer a multiplicidade de culturas e valores políticos que compõe este movimento(s)?” E pergunta ainda se “não estaríamos reduzindo a uma única história e a um único conjunto de características movimentos cujas características apontam para o diverso?” (Ibid., p.187-8).

Através das questões levantadas por Vainer, busca-se reunir alguns pontos de interseção do MAB dentro do estudo dos movimentos sociais. Apontam-se alguns traços do estudo da construção dentro deste Movimento através da atuação dos atingidos na região do Alto Uruguai, dando maior enfoque à Barragem de Itá. A Região Sul do país merece ser salientada, pois foi à luta ocorrida nesta Região, mais especificamente na Bacia do Alto Uruguai, que dá origem àquele que, dentre todos os movimentos regionais contra barragens no País, foi o mais forte e articulado.

Dentro de sua análise dos encontros pedagógico do MAB, Guedes levanta uma questão interessante:

O que se pode constatar é a presença hegemônica de grupos oriundos do sul do país – em especial da região do Alto Uruguai – na liderança efetiva do movimento. Tal constatação tem sua origem muito mais na experiência de campo e nas conversas que pude travar com atingidos de todo o Brasil do que em referências presentes na literatura sobre o movimento. Parece-nos que ainda está para ser considerada em maior profundidade a questão das relações entre o movimento nacional e os movimentos regionais, colocando-se em evidência então as assimetrias de poder e a hegemonia dos grupos oriundos do sul do país. A idealização, planejamento e organização dos cursos, embora oficialmente sob a responsabilidade da Coordenação Nacional do movimento, ficou a cargo dos militantes do MAB originários do Alto Uruguai, do chamado MAB/Sul. Durante os cursos, cabe ressaltar que tal designação foi evitada por seus formuladores, assim como também não foi encontrada nenhuma referência a ela no material fornecido aos alunos. Por outro lado, a constituição objetiva desse subgrupo no interior do movimento era evidente para qualquer um dos participantes do curso, assim como o papel que desempenhavam ali. Para esses participantes, aqueles eram “o pessoal do Sul” (Ibid., p 29).

A partir disso, pode-se inferir então que a forma de organização dos grupos sulinos permitiu que esses se destacassem dentro do movimento nacional, exercendo uma iniciativa de liderança em busca do atendimento das demandas compartilhadas por aqueles atingidos por barragens.

2 Da criação da CRAB à fundação do MAB

Quando realizei minha monografia de conclusão do Curso de Graduação em História tive como base da pesquisa os contrapontos existentes entre a memória individual e a memória coletiva da população atingida pela Barragem de Itá. Naquele período a cidade não possuía um arquivo histórico de acesso público organizado e tive dificuldades de encontrar fontes a respeito do tema. O que me foi disponibilizado como fonte de pesquisa naquela ocasião, além das entrevistas realizadas com alguns moradores, foi o livro do professor de literatura Fabiano Grazioli intitulado “Os passos de Itá nos caminhos da História”. Dentro deste estudo produzi um capítulo chamado “*Contradições que o turismo não aponta: a busca pela manutenção dos direitos e a presença do MAB*” e em seu subitem “A visão Acerca do Movimento Ligado à CRAB em Itá” abordei a visão de Grazioli contrapondo-a em relação às informações oferecidas pelo próprio Movimento. Após essa primeira busca de fontes a respeito do tema concluí que a presença do MAB é pouco percebida em Itá, sobretudo na área urbana. As informações a respeito de sua atuação são escassas. Dentre todas as informações referentes à história que o Município preserva acerca dos conflitos e das manifestações existentes ao longo do processo de desterritorialização, essas parecem não terem sido preteridas.

Após a realização deste meu primeiro trabalho, considerei que a desterritorialização, no sentido pleno da palavra, de um povo juntamente com sua cultura material é um acontecimento de grande impacto e seus reflexos não são apagados, mesmo que se tente fazê-lo e mesmo que Itá busque criar uma identidade coletiva baseada em suas memória acerca da antiga cidade, as mudanças pelas quais passou, e que fazem parte do novo território, são inevitáveis.

Durante a nova busca de fontes que tratassem do tema tive a satisfação de encontrar muitos recortes de jornais que abordavam a luta da CRAB e do MAB na região. Porém a visão que a população local transmite para aqueles que chegam à

cidade parece não ter mudado, pois fora o arquivo existente na Casa de Cultura a imagem que se vê nas ruas e nas publicações voltadas para os turistas é de que a Barragem trouxe somente benefícios para a população. Tais constatações são importantes para a análise central dessa pesquisa, que está baseada na construção da identidade do Movimento e preservação dessa por parte do MAB. É interessante a percepção de que, a parte do Movimento, a mesma região que cumpriu importantíssimo papel na luta organizada que permitiu a institucionalização da luta dos atingidos é a mesma que, atualmente, parece renegar papel na construção da identidade coletiva de sua população e a perpetuação das ideias de Grazioli é reproduzida no cotidiano da cidade. A respeito dos acontecimentos o autor aponta que a luta ocorrida na região foi travada por aqueles que viam a barragem como promotora de novos horizontes e aqueles que preferiam a segurança de raízes já constituídas. (GRAZIOLI, 2006, p. 32)

No ponto seguinte deste capítulo tratarei a respeito do contexto histórico no qual o processo da construção da Barragem de Itá se iniciou, assim como se iniciou também a mobilização da população atingida por esta.

2.1 “A Economia Vai Bem, Mas o Povo Vai Mal” (presidente Médici): Contexto Político e Econômico

Os primeiros grandes projetos hidrelétricos começaram a ser desenvolvidos no Brasil ao longo da década de 1970. O regime militar governava o país nesse período impulsionado por tentativas de desenvolvimento econômico. A crise internacional do petróleo (1973), assim como a própria crise da política econômica interna, sugeria a busca por novas formas de produção de energia, sobretudo nos países com abundantes recursos naturais, onde se buscavam fontes renováveis e naturais para a produção de energia. O mundo se desenvolvia, não poderia parar e a política brasileira da Ditadura Civil-Militar seguia esse pensamento. Impulsionada pelo governo, a indústria crescia. A brutal concentração de renda, porém, alimentava também as desigualdades no país. E a pregação de um amor cego e incondicional à pátria associava-se ao discurso econômico dominante que sustentava a necessidade de “fazer primeiro o bolo crescer para depois reparti-lo” (Ibid., 2011, p. 71).

O projeto “Brasil Grande Potência”, levado a cabo pelo governo civil-militar nos anos 1970, tinha como proposta, mais tarde imposta, o entendimento de território nacional como sendo a somatória de recursos mais ou menos disponíveis, enfim, como

um conjunto de riquezas a serem exploradas. Nesse discurso, o Estado, percebe-se como o principal agente histórico do grande destino da Nação e como o propulsor de forças “desenvolvimentistas”, intervindo na produção e na reprodução do espaço para prover as necessárias condições para a acumulação capitalista e estender a Nação à totalidade do território (ARAÚJO, 1991, p. 221).

O que caracterizou aqueles anos e os seguintes, segundo Boris Fausto (1997, p. 487) foi “o ‘capitalismo selvagem’, pois os imensos projetos de desenvolvimento econômico não levavam em consideração nem a natureza e nem as populações locais”.

O impulso na industrialização aumentou, conseqüentemente, também aumentou o consumo de energia. Frente à crise petrolífera, em 1975 o governo criou o Programa Nacional do Álcool (Pró- Álcool), o qual estimulou a substituição do petróleo pelo álcool etílico. Intensificou-se, igualmente, a construção de grandes centrais elétricas em três divisões regionais do País: Nordeste, Norte e Sul. A Região Nordeste foi o palco da construção das usinas de Sobradinho, na Bahia e Itaparica, em Pernambuco. Já na Região Norte teve início a construção da barragem de Tucuruí. As usinas hidrelétricas de Itá, SC e Machadinho, RS, ambas na bacia do Rio Uruguai, tiveram sua construção anunciada e, nesta mesma época, iniciava-se a construção de Itaipu, no Rio Paraná (Ibid., 2011, p. 73).

De acordo com o MAB, a Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, a análise dos rios e as bacias hidrográficas. Como o Brasil é rico em água doce, rios com grande volume de água e quedas suficientes para gerar energia elétrica, a conclusão do estudo foi um mapeamento detalhado de onde se poderiam construir as usinas hidrelétricas. (dados do site do MAB citado por Benincá, 2001, p. 70).

Os projetos das grandes barragens foram apresentados como um artifício para garantir o desenvolvimento da indústria nacional, conquanto os sacrifícios que implicariam à população atingida. Em seu artigo *Educação de Jovens e Adultos no Campo: o trabalho do Movimento dos Atingidos por Barragens*, Gisele Rose da Silva afirma:

As grandes barragens eram usadas como símbolo da potência do país e do regime militar. (...) Estas grandes obras expulsavam dezenas de milhares de pessoas. Pequenos produtores perdiam suas terras, suas casas e seu trabalho. E iam se juntar aos milhões de expropriados pelo latifúndio, condenados ao desemprego e miséria nas favelas, mocambos, invasões e periferias das grandes cidades. (Disponível em <

<http://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-ovens-e-adultos-no-campo-o-trabalho-do-movimento-dos-atingidos-por-barragens/40205/> > Acesso em: 18 de mai. de 2012).

O modelo econômico industrial gerou a alta de inflação e dos índices de desemprego, a concentração de renda e o êxodo rural, porém, ao mesmo tempo, impulsionou a organização e a resistência da sociedade civil. Embora o regime militar tenha procurado reprimir as manifestações populares, ele não foi capaz de impedir o afloramento de uma série de movimentos sociais, sindicais, políticos e uma série de outras iniciativas de base por todo o país. Para Benincá,

No contexto turbulento dos anos 1970 e 1980 teve início um novo ciclo da esquerda no Brasil, com a significativa conjunção de quatro forças a saber: movimento sindical, comunidades eclesiais de base, movimento político e movimentos populares. No processo de reconfiguração da esquerda brasileira houve a importante contribuição de políticos, militantes e intelectuais exilados pela ditadura militar, os quais começavam a retornar ao país nesse período (Ibid., 2011, p. 73).

Ou seja, as iniciativas populares para o enfrentamento das realidades adversas, contaram com análise e o apoio de pensadores da esquerda, que vivenciaram, outrossim, os desmandos do regime ditatorial.

2.2 A Formação da CRAB e do MAB

Localizada na Região Oeste do Estado de Santa Catarina, a cidade de Itá é separada da cidade de Aratiba, no Rio Grande do Sul, pelo Rio Uruguai. A construção da usina hidrelétrica afetou outros onze municípios e cerca de quatro mil famílias da Região devido à inundação de sua barragem.



Figura1: Mapa da localização de Itá, SC, onde foi construída a barragem de Itá, que atingiu 11 municípios vizinhos na região da Bacia Alto Uruguai. (Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_Ita.svg >. Acesso em 14 de out.2012).

O estudo da região como possível potencial energético iniciou-se no despontar anos 1970. Dez anos depois a notícia da construção chegou à cidade. As consequências de tal empreendimento, porém, ainda eram desconhecidas pelos moradores daquela área. A organização da população, no entanto, ocorreu antes do início da obra, o que permitiu maior sucesso nas negociações com a Eletrosul.

Inicialmente, a construção do empreendimento era de responsabilidade da Eletrosul (subsidiária da Eletrobrás na Região Sul e no Mato Grosso do Sul). Sendo que, em 1995, se firmou uma parceria com a iniciativa privada, quando a Gerasul (parte da Eletrosul, detentora do parque gerador da Empresa) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia de Cimento Itaimbé e a Odebrech Química S.A. formaram o Consórcio Itá e passaram gerenciar o empreendimento.

Em 1998, a Tractebel, empresa de energia belga, adquiriu a companhia estatal Gerasul. Devido à privatização da Gerasul, o empreendimento passou a ser controlado pela iniciativa privada. A parte pertencente à Odebrech foi vendida para a Tractebel e a razão social passou a denominar-se Tractebel Energia S/A.

As primeiras negociações entre os moradores e a Eletrosul eram a respeito das indenizações dos atingidos. A atuação da população atingida, porém, não acontecia de forma organizada, não se criavam grupos ou comunidades que lutassem unidos por suas demandas. Geralmente a busca pela preservação de seus direitos se dava de forma individual. Em muitos casos, a população se reunia quando a construção já estava em andamento e alguns danos já eram irreparáveis. Em Itá, porém, foi diferente, pois, antes mesmo da usina instalar-se, das construções começarem a ser erguidas, a população já estava organizada na luta pelos atingidos. Isso possibilitou mais negociações entre a comunidade e a Eletrosul. O contato com outras comunidades foi muito importante para que isso também ocorresse. Em dezembro de 1979, a população atingida de Itá-SC e Machadinho, RS formaram organizações locais e regionais de resistência, a chamada CRAB. Logo a organização dos moradores atingidos por barragens em comissões se estendeu por outras regiões do País, como na criação da Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU), no Pará, e na Comissão Regional do Atingidos do Rio Iguaçu (CRABI), no Paraná. A principal reivindicação, nessa época, era a indenização justa para as famílias prejudicadas com as construções, pois segundo o MAB: “o direito de continuar na terra, sendo agricultores, produzindo seu próprio alimento. Ou seja, a indenização não poderia ser qualquer coisa, deveria garantir a permanência na terra. Por isso a principal bandeira de reivindicação passou a ser TERRA POR TERRA” (Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/?q=content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>> Acesso em: 10 de out.2012).

Cabe, porém, lembrar que, no final dos anos 1970, na Bacia do Rio Paraná, surge o Movimento Justiça e Terra buscando lutar por melhores condições de reparação para as 6.000 famílias rurais e 1.000 famílias urbanas que haveriam de ser deslocadas pela construção da Usina de Itaipu. (Ibid., 2006, p. 17). Fortemente influenciado pela atuação de setores progressistas da Igreja, não só a Católica, mas também a Luterana, esse movimento merece ser lembrado, segundo Vainer (Ibid., 2003, p. 190), por marcar o momento em que “nascia a luta organizada dos atingidos por barragens”. Destaca-se, também, que algumas das famílias deslocadas pela construção da Usina de Itaipu se juntaram a outros grupos de camponeses para, alguns anos mais tarde, criarem aquele que se constitui o mais vigoroso movimento rural da história do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O envolvimento da Igreja Católica com os movimentos populares na América Latina se aprofundou nos anos 1960, a partir da mudança de eixo no Continente, através

do Concílio do Vaticano II. Antes voltada para a sociedade política e exercendo influencia junto ao Estado, a Igreja agora passou a se direcionar para a sociedade civil e começou a agir ativamente na organização dessa sociedade, através das pastorais e das CEBs (Casanova apud Gohn, 1994: p. 230). Para Gohn

Os movimentos populares que se destacaram e se tornaram conhecidos internacionalmente foram os que estavam sob o manto protetor da igreja católica em sua ala progressista, Teologia da Libertação, conforme já assinalado e de amplo conhecimento público. A religião é de modo geral um valor muito importante na vida do homem pobre latino-americano. O passado colonial moldou uma cultura em que religião é sinônimo de esperança. As camadas populares sempre buscam a religião: a católica, as de origem africana ou as modernas seitas contemporâneas. A Igreja católica sempre teve uma presença marcante na América Latina, dentro da correlação das forças sociopolíticas existentes (GOHN, loc.cit.).

Na Região da Bacia do Alto Uruguai (que compreende Itá e Machadinho), a Eletrobras projetava a construção de vinte e cinco hidrelétricas até 2010, o que acarretaria a expulsão de cerca de duzentas mil pessoas do estado de Santa Catarina e Rio Grande do sul. A CRAB, então, propôs à população que se discutisse formas de enfrentar os futuros projetos da Eletrobras para a Região. Foi, então, que, pela primeira vez, uma população ameaçada de deslocamento começou a se mobilizar e se organizar antes do início da obra. A mobilização contou com o apoio de sindicatos, de membros da Fundação do Alto Uruguai de Pesquisa e Ensino Superior (Fapes) de Erechim, e de segmentos da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

A respeito da organização na região da Bacia do Rio Uruguai e do envolvimento de setores das igrejas e de outros movimentos e instituições Leonilda depõe o seguinte:

As pessoas não sabiam pra quem se queixar. Então graças à organização do MAB, que se agruparam auxiliados na época por Dom José Gomes, um dos líderes mais fortes e mais esclarecidos da região. Ele deu muita força. A igreja evangélica também... as igrejas deram apoio e força para que o Movimento pudesse se organizar, se instalar e poder lutar contra as adversidades...(...) o MST também esteve conosco, sindicatos...Lages tem uma organização que trabalha com agro ecologia, com professores também trabalhamos agro ecologia nos cursos para um melhor entendimento do valor que a terra tem, né? (Leonilda Maria Funez, 2012).

A organização regional possibilitou a estruturação de lutas e, principalmente, importantes conquistas para os atingidos. As famílias atingidas pela UHE Itá, em 1987, conquistaram um acordo pela construção de reassentamentos coletivos, além de

restabelecer novos critérios para quem eram considerados atingidos, bem como sobre os padrões das casas, da terra e da assistência técnica que as famílias receberiam. Esse acordo é referência, ainda hoje, para a luta por reassentamentos em várias regiões onde os atingidos estão organizados. Sobre uma das ações organizadas pela CRAB, Benincá coloca que:

Marco significativo no processo de conscientização sobre o projeto das barragens na Bacia do Rio Uruguai foi a 6ª Romaria da Terra, realizada no dia 15 de fevereiro de 1983 no distrito de Carlos Gomes, município de Viadutos (RS). O evento reuniu cerca de 20 mil pessoas e teve como tema: *Águas para a vida, não para a morte*, expressão que mais tarde seria inscrita na bandeira do MAB (Ibid., 2011, p. 83).

A onda de privatizações ocorridas nos anos 1990, como mencionada anteriormente, correspondente ao avanço do neoliberalismo, colocou a produção de energia elétrica, que se trata de um bem estratégico para o desenvolvimento de um país, a cargo do setor privado transnacional. A luta, antes travada com empresas estatais, tornou-se mais difícil. Para o MAB, “grandes empresas do setor energético, mineradoras, papelarias, grandes bancos passaram a serem donos das barragens. Isso colocou em outro nível a luta dos atingidos” (Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br/?q=content/4-onda-privatiza-es-e-organizinternacional-dos-atingidos>> Acesso em 13 outubro 2012).

De acordo com David Aberle (1996), os movimentos sociais populares sofrem transformações diante das circunstâncias históricas com que se deparam, assim como sofrem a influência direta do ambiente em que estão inseridos. Mudanças em suas estratégias, seus métodos, suas ações e em seus objetivos ocorrem à medida que a percepção que têm do Estado e da sociedade também se modifica. Dentro desse novo contexto de privatizações e, ao mesmo tempo de abertura democrática na política, as transformações ocorridas na luta do atingidos não foram diferentes. Após ter iniciado, ainda em meados dos anos 1970, período em que Movimento começou a organização regional de experiências e lutas contra as barragens, somente em 1991 é que o Movimento adquire alcance e reconhecimento nacional. Quanto ao seu período de fundação o MAB informa que:

Assim, em abril de 1989 é realizado o **Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**, com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi um momento onde se realizou um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens.

Dois anos depois, é realizado o **I Congresso dos atingidos de todo o Brasil** - em março de 1991-, onde se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, deve ser um movimento nacional, popular e autônomo, que deve se organizar e articular as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de Março é instituído como o **Dia Nacional de Luta Contra as Barragens**, sendo celebrado desde então em todo o país (Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/menu/historia.html>> Acesso em: 23 de abril de 2012).

O caráter pedagógico dos movimentos sociais também é um tema de grande importância – e, portanto, merece ser destacado. A experiência vivida pelos atingidos em determinadas regiões era capitalizada, e ainda é como conteúdo político em outras regiões. As assembleias, encontros e reuniões, sobretudo no sul do país, serviram de instrumentos para a formação de consciência e estimulou a organização dos atingidos. É nesse período que o Movimento formula sua palavra de ordem: **ÁGUAS PARA VIDA, NÃO PARA MORTE!** Essa consigna se fará presente, mais tarde, em sua bandeira. As palavras de ordem, assim como a bandeira e outras simbologias implicadas na construção de uma identidade para os atingidos serão abordado no próximo capítulo desse trabalho.

Em seu livro, Benincá menciona um importante evento ocorrido em 1983, quando milhares de pessoas se reuniram para assistir ao filme *Desapropriado*, de Frederico Fullgraff, que retrata a saga dramática dos camponeses desapropriados pela hidrelétrica de Itaipu. Segundo a CPT, foi assistido e debatido por mais de trezentos mil pessoas, não obstante tenha sido proibido pelo Departamento de Polícia Federal, sob a alegação de que ele continha problemas de ordem político-social, revelando que o poder repressivo do Estado ditatorial ainda se mantinha (Ibid., 2011, p. 85).

A respeito dos trabalhos pedagógicos realizados pelo MAB na região de Itá, Leonilda Maria Funez depõe:

Eu fui convidada por um colega meu ... nós tivemos um primeiro encontro em Concórdia...O MAB naquela época já tinha sido criado, em 91. Aí que começaram a pensar no auxílio de outras entidades, de outros movimentos para criar cursos de educação ambiental para os atingidos por barragem e foi aí que comecei a participar efetivamente da criação do primeiro trabalho, da criação do caderno pedagógico de educação ambiental e que depois passou a ser adotado nos cursos de educação ambiental com os professores dos municípios atingidos pela barragem...Como bióloga eu tinha um papel importante a ser cumprido com estas questões de impactos ambientais e sociais, né?... Muitos a gente já previa através dos estudos do que acontecia em outras regiões e a gente passava a informar o Movimento... Pelo que se sabe, historicamente, foi o primeiro curso de educação ambiental na região

do Alto Uruguai... que envolvia os onze municípios atingidos pela hidrelétrica de Itá, né? No intuito de orientar a população atingida... Com o curso a gente faria uma conscientização dos efeitos negativos trazidos por essa Barragem. (Leonilda Maria Funez, 2012).

Na entrevista realizada com Dirceu Benincá, esse demonstra sua opinião, como pesquisador, do trabalho pedagógico desenvolvido pelo Movimento, sobretudo através das ações realizadas pelos militantes da região do Alto Uruguai. Afirma que:

O MAB tem crescido bastante no aspecto pedagógico. Eles dizem com muita convicção que a luta é educativa por si só. Quem é atingido diretamente se obriga a tomar uma atitude. Alguns aceitam sem muita resistência o que as empresas lhe propõe... a grande maioria procura meios de reivindicar seus direitos e este processo por si só é pedagógico, por que cria uma consciência coletiva e política que permite discutir o porque que as usinas são construídas, que tipo de desenvolvimento se busca hoje, qual é o modelo social, como o modelo neoliberal estimula o consumismo, como se utiliza os bens naturais como objetos de consumo. Para mim foi surpreendente perceber como as pessoas, como jovens aqui do Alto Uruguai estão pelo Brasil a fora discutindo as questões energéticas, indo para Brasília, para fora do país apresentar e discutir o modelo energético. É o tipo de educação que transcende a academia. Às vezes são pessoas que não sabem nem escrever, mas têm uma consciência política invejável (BENINCÁ, 2012).

Fala também das articulações que o MAB procura desenvolver com as instituições educacionais, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a própria UFFS. Essas articulações buscam o apoio das instituições para a ampliação e discussão de modelos políticos e para promover a capacitação de “multiplicadores” através da contribuição, por meio de cursos, na formação daqueles que irão atuar diretamente com os atingidos.

2.3 Principais Objetivos do Movimento

Dentre os objetivos buscados pelo MAB, considera-se destacar que os mais importantes são: resistir contra a construção de barragens que provocam danos sociais e ambientais; lutar para que nenhuma barragem seja construída sem acordo com a população; defender a permanência do povo na terra; reivindicar garantia de justa indenização ou reassentamento aos atingidos; proporcionar formação aos integrantes do Movimento; ampliar o número de militantes; discutir e propor um novo projeto energético para o país que garanta a utilização de fontes alternativas de geração de energia e que seja de acesso a todos, com tarifas populares para o consumo das famílias.

A formação de consciência e a busca por adesão ao Movimento se caracterizam como um dos pontos principais da luta dos atingidos, porém na prática, algumas vezes, essa busca não é alcançada. Sobre este ponto Leonilda Maria Funez expõe:

Nem todos tiveram pessoas que depois que conseguiram seus objetivos auxiliaram e continuaram lutando, já outras pessoas se acomodaram. É uma questão de ponto de vista de consciência coletiva. Tu não consegues fazer com que todos percebam a importância, sensibilizar as pessoas para a importância, para o sentimento de pertencimento: “eu pertencio a este grupo, eu devo continuar pertencendo. Eu devo auxiliar, pois alguém me auxiliou antes (Leonilda Maria Funez, 2012).

Essa afirmação remete para a reflexão a respeito de um ponto central dessa pesquisa e que será abordado no próximo capítulo: a questão da identidade que carrega em si o sentimento de reconhecimento, de pertencimento, de identificação que são fundamentais para a constituição de um movimento social.

Ainda tratando acerca dos objetivos buscados, Benincá (Ibid., 2012, p. 100) argumenta que o MAB é contrário à privatização do setor elétrico e defende que a energia e os recursos hídricos sejam controlados democraticamente pelos trabalhadores e pela sociedade. Combate o modelo de desenvolvimento capitalista e propugna pela implantação de outro sistema social identificado com o socialismo. De acordo com membros da coordenação, o Movimento não possui estatuto nem ata de fundação. Porém, no seu II Encontro Nacional, realizado em março de 2006 em Curitiba (PR), os participantes destacaram dez pontos-chave que chamariam de “ideias centrais”, as quais retratam a identidade, os princípios organizativos, os objetivos e as diretrizes do Movimento (Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/menu/ideias_encontro_nacional2.html>. Acesso em: 13 de out.2012).

2.4 Outras opiniões a respeito da atuação do MAB na região do Alto Uruguai

Tratarei aqui de algumas reportagens encontradas e que dizem respeito ao tema trabalhado e como essas analisaram a atuação do MAB na região pesquisada em diferentes épocas em que foram escritas e que correspondem ao registro de trajetórias

do Movimento. A intenção não é fazer aqui um resgate cronológico do Movimento, mas apenas expor alguns pontos de vista sobre o objeto desse estudo.

Ao longo da busca por informações foram encontradas várias fontes jornalísticas, em que diferentes instrumentos informativos tratavam de um mesmo tema: a luta dos atingidos por barragem na região do Alto Uruguai e o contexto da construção da barragem na localidade de Itá; Contudo, as informações encontradas transmitem pontos de vista diversos e até opostos. As percepções apontadas por esses diferentes pontos de vista expressa não somente a visão dos atingidos pertencentes ao Movimento através de seu jornal “A enchente do Uruguai” (o nome dado ao jornal demonstra a importância que a região sul tem para o Movimento), como também do maior jornal em circulação no estado de Santa Catarina, o Diário Catarinense. Por abordar, sobretudo, o tema da identidade do MAB as informações difundidas pelos jornais consistem em uma importante contribuição para o entendimento da visão que circulava na região a respeito do tema. Não se pode negar que os meios de comunicação, em especial o jornalismo, tem capacidade de semear influências na opinião pública.

Dentre vários recortes de jornais referentes ao tema, foram selecionadas cinco reportagens (algumas em anexo ao trabalho); três dessas produzidas pelo Movimento e fazem parte de um periódico intitulado “A enchente do Uruguai”, as outras duas foram divulgadas pelo jornal de maior circulação do Estado de Santa Catarina, “Diário Catarinense”.

O rigor profissional jornalístico expresso pela importância, pela atualidade e veracidade dos fatos escolhidos como assumido pela informação está atrelado ao interesse público e, além desses julgamentos, outras características são consideradas fundamentais como: a periodicidade, a difusão e a universalidade.

Quanto a análise descritiva das fontes selecionadas pela matéria “VII Assembleia Geral do Movimento”, do jornal bimestral do MAB”, A enchente do Uruguai”, a página referente a esse texto se apresenta de forma bastante didática (ressaltando o caráter pedagógico), com figuras que ilustram um diálogo que enfatiza o convite para que a comunidade venha a participar da Assembleia. O texto era um convite para a comunidade a participar da VII Assembleia Geral do Movimento que ocorreu em Erechim (RS) no ano de 1995. Inicia enfatizando a importância que tem o Movimento em defesa da terra, da família e da comunidade e destaca:

Sabemos que graças à bossa luta e organização conseguimos várias conquistas importantes para todos os atingidos. Foi com luta e organização

que conseguimos pela primeira vez na história do Brasil que os atingidos por barragens sejam indenizados ou reassentados-como é o caso da barragem de Itá- antes da construção propriamente dita. (...) o Movimento dos Atingidos por Barragens, CRAB realiza neste ano, nos dias 20, 21 e 22 de outubro, a VII Assembleia Geral. A Assembleia tem um caráter representativo dos atingidos e deverá contar com a participação de 250 representantes. (A Enchente do Uruguai, 1995, p.8)

Pode-se perceber mais uma vez através desses trechos, sobretudo quando o Movimento é mencionado a partir da CRAB, a importância que a região Sul assume para o Movimento como um todo. Outra matéria desse mesmo jornal, “Barragem de Itá: Atingidos conquistaram área de terra para reassentamento” traz uma entrevista com um membro da Coordenação de Itá, Ademar Grave, morador da comunidade de Linha Floresta em Concórdia (SC). Ademar fala das principais reivindicações do Movimento para com a Eletrosul, as indenizações dos agricultores atingidos e mais uma vez ressalta a importância das lutas pela conquista de terras para reassentamento:

Acredito que em grande parte os atingidos que participaram da mobilização saíram satisfeitos e convencidos que só mediante mobilização e lutando que se garante seus direitos e quando se tem vontade de lutar a gente pode mudar muitos rumos neste país, com uma política tão injusta para a população (Entrevista cedida por Ademar Grave para o jornal A Enchente do Uruguai, 1995, p. 6).

A última reportagem desse periódico, do ano de 1996, tem como título: “Itá: Até quando?” (Anexo I) traz mais uma vez o debate das lutas travadas com a Eletrosul referente à busca da conquista de terras para o reassentamento das famílias atingidas mencionada acima:

Os atingidos pela barragem de Itá terminaram o ano de 1995 sem novidades. Foi mais um ano de mobilização e luta para pressionar a Eletrosul a cumprir com os acordos firmados. É importante lembrar sobre a Audiência realizada em março/95 onde a empresa, através de seu presidente, comprometeu-se em comprar 4.000 hectares de terra para reassentamento e apenas uma área de 1.200 hectares foi adquirida; graças à pressão dos atingidos onde permaneceram uma semana acampados em frente aos escritórios da empresa em Florianópolis até que esta área fosse comprada. (A Enchente do Uruguai, 1996).

Outra importante nota mencionada nesta matéria “Consumidor vai pagar a conta de Itá” busca informar o leitor a respeito de uma das principais reivindicações do Movimento, sobre a diminuição das tarifas de energia a favor de um preço justo para a população.

O que se pode perceber através desses recortes, além de outros aqui não mencionados, que foram produzidos pelo MAB é que a intenção central das matérias reside na conscientização da importância que a luta assume no contexto da Barragem,

sendo vista como a mais importante a busca por indenizações justas pelas terras perdidas pelas famílias do campo.

A visão transmitida pelo maior jornal do Estado de Santa Catarina, “Diário Catarinense”, porém, percebe as lutas empreendidas de outra forma. Em duas matérias publicadas no ano 2000 e que correspondem aos dias 24 e 25 de outubro daquele ano. A matéria relata o dia em que a Usina de Itá fora inaugurada, o jornal expõe as atitudes do atingidos como ameaçadoras e perigosas, através do informativo a respeito do reforço policial no local:

Um grupo de 50 pessoas está acampado próximo à usina desde quinta feira e ontem chegaram dezenas de ônibus com agricultores de várias regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Até o final da tarde de ontem cerca de 700 pessoas já estavam no local e a previsão é de que chegue a atingir entre 4 e 8 mil pessoas. Cerca de 100 policiais militares de Santa Catarina, incluindo Pelotão de Especial (tropa de choque) de Chapecó, Grupo de resposta tática de Herval do Oeste e pelotões de Concórdia e Itá montaram três barreiras nos acessos à usina pelo lado catarinense. Outros 100 policiais militares do rio Grande do Sul devem bloquear o lado gaúcho. Helicópteros e barcos também estão sendo usados no esquema de segurança. (DC, 24 de outubro de 2000)

O título não traz as palavras Movimento, nem Atingidos e diz o seguinte “Usina de Itá é inaugurada hoje em clima de tensão” (Anexo II) a outra matéria, que trata do mesmo evento destaca o seguinte título: “Manifestantes enfrentam polícia” (Anexo III). Ao contrário das palavras noticiadas pelo MAB, elas não falam de lutas, mas de manifestações e informam a população do Estado a respeito da tensão trazida pelos manifestantes e a ação do governo no contexto do flagrante embate.

3 A IDENTIDADE DO MAB

Ao falar em um conceito de identidade, é importante ressaltar que este conceito é visto no interior de investigações com pontos de partida teóricos e metodológicos os mais variáveis possíveis, e que não existem consensos a respeito do que se pretende designar, ou construir com esse conceito. Como afirma Ruben:

[...] pode-se perceber a ausência – no interior das ciências contemporâneas - de um consenso em relação ao significado da noção de identidade. Existem, como sabemos, tantas definições diferentes desta noção quanto empregos diferentes da mesma (...) identidade adscritiva, étnica, linguística, religiosa, política, contrastiva, sexual, nacional, cultural, ideológica, campones, proletária, urbana, processual (...), estrutural (RUBEN, 1988, p.84).

Tratarei aqui de uma pequena amostra da literatura contemporânea que leva em consideração a articulação identidade/movimentos sociais.

Há autores como Touraine e Melucci que apresentam seus estudos na tentativa de elaboração de teorias dos movimentos sociais. Em suas formulações conceituais, a questão da identidade aparece como um importante elemento de atributo característico dos movimentos do presente (ou do “futuro”) (TOURAINÉ) ou como “ferramenta analítica” (MELUCCI). Ao analisar o tema proposto por Castells, se percebe que seu enfoque é tensionado pela busca de uma descrição da pluralidade e da diversidade assumidas pelos movimentos sociais nos dias de hoje. Há também variada literatura sobre “Movimentos Sociais na América Latina” que procura enfatizar o significado que a identidade assume nas lutas empreendidas pelos movimentos, considerando a diversidade das lutas em seus contextos histórico-geográficos e, ao mesmo tempo, não deixa de buscar traços caracterizadores de uma unidade denotada pelos “novos movimentos sociais”.

Em sua análise das teorias dos movimentos sociais, Gohn coloca que, para Touraine, o que deve ser enfatizado é o elemento político-cultural presente na constituição desses movimentos, expresso em uma luta por direitos culturais, reconhecendo que as orientações culturais são indissociáveis dos conflitos sociais. Assim,

As reformulações conceituais preconizadas por Touraine (e que incluem uma reformulação das próprias proposições anteriores do autor) parecem associadas de forma inextricável à constatação de uma novidade cujos portadores seriam o que chama de “novos movimentos sociais”. A passagem da identidade da defensiva para uma identidade ofensiva se estabeleceriam as condições de possibilidade do movimento social, “que se define pela combinação de uma defesa de identidade, de uma consciência de conflito social e de um apelo ao controle coletivo de certas orientações culturais, de todos os grandes meios de produção da sociedade por si mesma (TOURAINÉ, 1985, p. 121).

Ao expor que: “a noção de movimento social se define como um agente de conflito para o controle social dos principais padrões culturais” (Id., 2000, p. 785), Touraine sugere o privilégio das lutas relativas a esses “padrões culturais” em detrimento daquelas que poderiam estar centradas, por exemplo, em aspectos econômicos *strictu sensu*, como, por exemplo, a luta pela terra. Tal prerrogativa se explica mediante uma confrontação histórica com o contexto das lutas sociais na Europa, a partir dos anos 1970 (Id., 2006, p.56).

Para Bordieu, as representações do mundo social possibilitam aos agentes o conhecimento sobre o mundo, permitindo-lhes agir sobre este mundo e criar condições para ações propriamente políticas (BOURDIEU, 1981, p.69). Ou seja, a ação propriamente política necessita de uma “*subversion cognitive*”, de uma “*conversion de la vision du monde*” (Idem, 1998, p.141). Nesse sentido, a contestação da opinião popular naturaliza um conjunto de representações e opera aquém do nível de representação explícita e da expressão verbal. O que se contesta são aqueles princípios de visão e divisão do mundo social apresentados como reflexos objetivos de relações *reais*. No que nos interessa aqui, há que se considerar a “eficácia das representações” na criação das condições para o fazer e des-fazer de grupos sociais, pois para Bordieu

[...] a representação política (...) permite que os agentes de descobrir propriedades comuns a toda a diversidade de situações que isolam específico, dividir, desmobilizar e construir sua identidade social, com base em traços ou experiências que parecia imbatível, desde que a falha foi princípio de relevância para limpar nos índices pertencentes a uma classe (Id., 1981: 70).

Trazendo tais afirmações para a análise da identidade do atingido, percebe-se que ela ocorre na medida em que o movimento rompe com os princípios de visão e divisão do mundo dominantes, como as concepções naturalizantes de “atingido”, “agricultor” ou família” e constrói, a partir da diversidade de traços culturais, de formas de vida, de situações de atingidos (direto ou indireto), a unidade de pertencimento a um grupo ou classe comuns, os atingidos por barragens.

As identidades implicam uma polaridade, oposição, contraste, uma relação entre “nós e “os outros” e são formadas nas dinâmicas de conflito, nas configurações locais de união e desunião. Analisar a sociedade dentro deste contexto “união da união e desunião” é aceitar a multiplicidade de vínculos, distinções e identificações estabelecidas, assim como as tensões entre efêmero e permanente que lhes são intrínsecas, e que lhe atribuem o caráter de modernidade. Bauman afirma, nesse sentido, que a ideia de identidade tornada “problemática” é um contra-senso, sendo uma invenção que foi tornada possível pela modernidade, só podendo ser pensada enquanto problema, e é problemática desde sua origem (BAUMAN, 1997, p.155). Sugere ainda situar a identidade no campo estabelecido pelo conjunto de relações entre “os amigos” e os “inimigos”, oposição que aparece como “uma variante da oposição principal entre o interior e o exterior”. Tal movimento permitiria dar conta, impedir ou ultrapassar a “paralisia comportamental assustadora que acompanha o fracasso da habilidade

classificatória” (Ibid., p.158), ou seja, a indistinção que, fazendo proliferar os estranhos (Ibid., p.157-163), não permite a definição que de quem somos “nós” ou “os outros”. É preciso saber quem é o “outro” e como podemos nos relacionar com ele. Então definimos (de modo provisório e incompleto) um “nós”, não havendo, no entanto, uma “defasagem temporal”: o “nós” é definido no mesmo movimento que define “eles”.

Trazendo tais colocações para o caso estudado aqui, Guedes apresenta em seu trabalho algumas proposições nesse sentido:

Poderíamos argumentar que a identidade de “atingido” possibilita um determinado tipo de posicionamento que assegura uma maneira de fazer o mundo adquirir sentido: o aparecimento das barragens, que para os camponeses poderia se configurar como uma invasão alienígena de caráter apocalíptico, acontecimento equiparado a um desastre natural com relação ao qual só restaria uma aceitação passiva (lembremo-nos que o boletim da CRAB se chamava “A Enchente do Uruguai”), é reconstruído sobre outras bases de entendimento, adquirindo um caráter “terreno” – social – e criando as possibilidades do surgimento de *formas de resistência e luta* (Ibid., 2006, p.68).

Ao enfatizar o “discurso das perdas” em seu trabalho, Rothman aponta como esse discurso desempenha um papel importante na identidade do atingido por barragem. O autor se refere ao conjunto de representações que articula e significa, para os colonos, o impacto negativo das barragens para suas vidas, com “a perda de terras férteis, de mão-de-obra investida, da vida comunitária, da tradição e identidade ancestral de colono, da tranquilidade pastoral e de valores” (ROTHMAN, 1996, p.130).

3.1 Identidade dos Atingidos: Revisão Bibliográfica

Para tratar do tema identidade focado no MAB utilizo três autores que tratam especificamente desse tema, baseados em um recorte de tempo e espaço similares: consideram a luta contra as barragens na Bacia do Rio Uruguai em seus primórdios, com destaque para a década de 80. Nesse período o Movimento ainda não havia se tornado nacional e o sujeito coletivo considerado é a Comissão Regional dos Atingidos por barragens (CRAB). A análise da centralidade assumida por essa comissão no surgimento do MAB e a influência da região Sul no Movimento que se destaca até a atualidade é de fundamental importância para o estudo da identidade deste e para o entendimento atual da identidade de atingido por barragem por considerar-se a sua constituição e consolidação nos primeiros anos de luta.

Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na Barragem de Ita (RS/SC), é a dissertação de mestrado de Sandra Faillace, defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ, em 1990. Interessa aqui, em especial, o capítulo 1, “A construção da categoria atingido na questão barragem”.

O estudo da relação que se estabelece no interior de determinadas comunidades camponesas quando a identidade de atingido se sobrepõe a outras identidades preexistentes, como a de *colono*. No capítulo da dissertação citada acima, e que selecionei para o estudo, ela busca investigar as formas pelas quais a categoria “atingido” assumiu certa centralidade na mediação do confronto entre a população da Bacia do Rio Uruguai, representada pela CRAB, e a Eletrosul, num processo que teve início a partir do anúncio dos projetos de construção de vinte e duas barragens nesta Bacia. A dimensão da identidade de atingido, privilegiada por Faillace, diz respeito à capacidade que essa categoria apresenta de expressar “um sentimento de perda ou desagregação de dimensões da vida social importantes para o campesinato estudado” (FAILLACE, 1990, p.23).

Nesse sentido, Faillace argumenta que, no contexto da luta contra as barragens, e mesmo entre os camponeses críticos à ação da CRAB, “a identidade de atingido suplanta a que os identifica comumente, qual seja, a identidade de ‘colono’, porque é primordialmente como ‘atingidos’ que estarão nas negociações com a Eletrosul” (Ibid, p.64). Num primeiro momento, o estudo de Faillace centra-se no embate pela definição do termo utilizado para a designação da população afetada pelos empreendimentos. Os documentos técnicos da Eletrosul, elaborados em parceria com firmas de consultoria, se referem à população como “afetados” ou “atingidos”. Aqueles produzidos em resposta ou após encontros com a CRAB, todos da primeira metade dos anos 1980, lançam mão da expressão “atingido”, mas simultaneamente ao emprego de termos concorrentes: “afetado”, “expropriado”, “desapropriado”, “relocado”, “envolvido”, “abrangido”. A profusão de denominações tem, para Faillace, a intenção política de criar concorrentes para o termo “atingido”, cada vez mais consolidado junto à CRAB (Ibid., p.23-7). Porém, já “em 1987, a Eletrosul foi forçada pelo Movimento, centrado na Comissão Regional, a reconhecer um termo criado politicamente e que acabou por individualizar a questão da construção de barragens no Alto Uruguai – ‘atingido’” (Ibid., p.27). A Eletrosul buscou também, desde o início das negociações, vincular às reparações e indenizações à posse da terra, através da mediação da categoria “agricultor”, associada automaticamente à de “proprietário”. A CRAB procurou como contraponto uma defesa

de uma definição ampliada de “agricultor”, contemplando “parceiros”, “meeiros”, “arrendatários”, “agregados”, “posseiros”, agrupados enquanto “pessoal sem terra” (Ibid., p.31-3 e p.35-6). Da mesma forma, na contagem da população atingida, a CRAB defendeu a referência à “família”, noção cujos conteúdos também foram disputados. Para Faillace, “se em um primeiro momento tanto CRAB quanto a Eletrosul designavam com esse termo a família nuclear, com o tempo seu significado foi expandido pela CRAB a ponto de poder abarcar, por exemplo, potenciais herdeiros da terra” (Ibid., p.36-8).

A Eletrosul buscou também, desde o início das negociações, vincular às reparações e indenizações à posse da terra, através da mediação da categoria “agricultor”, associada automaticamente à de “proprietário”. A CRAB procurou como contraponto uma defesa de uma definição ampliada de “agricultor”, contemplando “parceiros”, “meeiros”, “arrendatários”, “agregados”, “posseiros”, agrupados enquanto “pessoal sem terra” (p. 31-3; p. 35-6). Da mesma forma, na contagem da população atingida, a CRAB defendeu a referência à “família”, noção cujos conteúdos também foram disputados. “Se em um primeiro momento tanto CRAB quanto a Eletrosul designavam com esse termo a família nuclear, com o tempo seu significado foi expandido pela CRAB a ponto de poder abarcar, por exemplo, potenciais herdeiros da terra” (Ibid., p. 36-8).

Analisando documentos da Eletrosul, Faillace assinala que os diversos termos empregados para se referir às áreas territoriais afetadas pelas barragens são também utilizados para designar as populações que habitavam nessas áreas. É desse conjunto de designações que a CRAB retira o termo “atingido”, o qual será objeto de uma luta pela definição de seu conteúdo e acabará por se impor sobre os demais. A análise de documentos oficiais da CRAB – os dezoito boletins publicados pelo Movimento entre os anos de 1981 e 1987 – realizada por Faillace, permite acompanhar as transformações nos termos que designam as áreas e populações, assim como a consolidação do termo “atingido”. Permite ainda perceber como a CRAB permanece utilizando esse termo para se referir tanto às áreas quanto às populações atingidas. Se tal procedimento já se verificava nos documentos da Eletrosul, para os atingidos ele se reveste de novas significações.

O que importa destacar aqui é que, no processo de apropriação desse termo, enfatiza-se a identificação dos grupos afetados com seu território, especialmente na medida em que, através da designação comum, evidencia-se a percepção de que ambos

– os grupos e seu território – são submetidos e vitimados por uma mesma dinâmica de expropriação e violência. Atingidos *enquanto grupo, atingidos no seu território*; atingidos enquanto grupo *exclusivamente* porque atingidos em seu território. Não há qualquer espécie de dissociação aqui: as mesmas contradições que criam os atingidos criam o território atingido; não há como pensar um lado sem pensar o outro. Se o que se afirmou no parágrafo anterior não está explícito no texto de Faillace, tais conclusões decorrem, porém, de uma extrapolação tornada possível pela forma como a autora encaminha a sua análise, e em especial da maneira com que aborda conceitualmente a questão da identidade. Incorporando a dimensão territorial no seu quadro analítico, a autora reflete o que sua pesquisa empírica evidencia: o sentido do “ser atingido por barragem”, nas formas como é apropriado e utilizado pela CRAB, está inextricavelmente ligado a uma determinada experiência *relativa ao e situada no espaço*. Experiência essa que pode ser “diversa” se considerados a natureza e o alcance dos impactos, mas que é “única” sob o ponto de vista da questão política a qual se vincula e da luta daí decorrente.

O segundo estudo chama-se *No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990*. Trata-se de tese de doutorado de Maria Stela Moraes defendida no Departamento de Educação da PUC/RJ, em 1994, e interessa-nos em especial a apresentação, os capítulos I (“Ontologia materialista e crítica e a questão do método”), II (“Cânones de pesquisa”), V (“Os grandes projetos e os atingidos do Alto Uruguai”) e IX (“Como se faz um atingido: 1979-1985”).

O trabalho de Moraes procura situar-se num quadro de análise de fundamentação Marxista, com especial destaque para a perspectiva gramsciana. A tese realiza um detalhado retrospecto da História dos atingidos por barragens na Bacia do Rio Uruguai, desde as primeiras lutas, no final dos anos 1970 (quando não se poderia falar em “atingidos” sem incorrer em anacronismo), até o início da década de 1990. O fio norteador da investigação é a preocupação em mostrar a importância do que a autora denomina de “mediadores” para a formação e consolidação da CRAB. Esses mediadores seriam aqueles grupos e instituições externos aos atingidos que contribuíram de modo decisivo não só para a mobilização e organização das populações afetadas como também para a construção de uma “pedagogia”: os setores progressivos da Igreja Católica, o sindicalismo “combativo”, as escolas técnicas e de formação política e, em menor medida, determinados segmentos do meio acadêmico.

Moraes busca considerar a identidade de atingido por barragem a partir do pressuposto de que essa identidade apresenta “duas faces dialeticamente vinculadas” correspondentes às “duas dimensões (externa e interna) do processo de constituição da identidade de um sujeito social coletivo”. Para a autora, “uma que se constrói ‘para fora’ na negação do outro e a que se constrói ‘para dentro’ em um processo de criação de formas próprias de organização e expressão, que negam práticas, valores e crenças que compõem a visão de mundo incorporada pelos mecanismos de dominação” (MORAES, 1994, p.55).

Tal perspectiva é interessante na medida em que reconhece a complexidade inerente aos processos constituintes das identidades, indo além de esquemas mecânicos e reducionistas. Destaca, também, o caráter relacional e a *presença do outro*, como elementos a serem considerados.

Na tentativa de incorporar elementos analíticos do materialismo histórico a sua análise, a autora privilegia a noção de classe, “elemento unificador e primordial nos processos de emancipação”, “vínculo identitário primordial” (Ibid., p.52). Pretende, assim, se afastar do pensamento “culturalista”, “pós-moderno” ou “pós-estruturalista”, e das “políticas de identidade” por esse postulado, destacando que, no estudo dos movimentos sociais, o que interessa é a identidade política por eles construída, vinculada a um contexto onde o que se manifesta é um conflito cuja dinâmica é presidida, em última instância, pela luta de classes. Embora algumas de suas colocações mais gerais (e generalizantes) a respeito das identidades constituídas pelos movimentos sociais possam ser problematizadas, no estudo da CRAB a perspectiva “marxista” de Moraes possibilita a colocação de questões que nos parecem pertinentes e que não são usualmente abordadas. Apropriando-se da noção de *contradição* dos escritos de Marx, Moraes assinala, na origem dessa identidade política, um campo de relações entre os diversos agentes – a CRAB, as populações atingidas, a Eletrosul, mediadores como a Igreja e os sindicatos – cujas determinações não são unívocas, e nem podem ser reduzidas a uma causalidade mecânica.

Nesse sentido, pode-se estabelecer um contraponto entre essa abordagem e explicações tais como algumas das fornecidas pelo “modelo” de Rothman, centrado na preocupação de estabelecer condições *a priori* de constituição de sujeitos coletivos – condições essas expressas a partir do conceito de “recursos”, exigidos ou necessários para que movimentos ou ações surjam. Tal ponto fica evidente se considerada a forma como esse último autor se refere ao que Moraes denomina de “mediadores”, e como

esses são incorporados à análise de Rothman: *assegurando* “recursos” financeiros ou ideológicos.

No que diz respeito à relação entre a identidade de atingido e o território, Moraes trabalha com a ideia de “situações de barragens”. Pretende assim destacar toda a variedade de impactos decorrentes não apenas das especificidades das “situações de atingido” (direto ou indireto, ameaçados por novos projetos, vítimas do descumprimento de contratos, prejudicados pela degradação do meio ambiente (Ver p. 27), mas relativas também e principalmente, às implicações de cada empreendimento em sua particularidade). O processo de constituição da identidade de atingido se caracteriza pela crescente consciência da “unidade de lutas diferenciadas” (Ibid., p. 217). Como afirma Moraes, se nos anos 1980, “a identidade da CRAB passa a ser entendida como o conjunto das regiões organizadas, envolvendo cerca de 80 municípios do RS e de SC”, a partir dos anos 1990, com a consolidação do movimento nacional, as “situações de barragens” de todo o País estarão referidas àquela unidade, assegurada pela identidade de atingido.

Tal fenômeno expressa as transformações pelas quais passam a definição e a compreensão do que constitui um “território atingido” à medida que a luta ocorre e em que se reformulam os contornos e conteúdos da identidade de atingido. Moraes argumenta que, em 1983, “ainda não se considerava a bacia do Rio Uruguai como um todo ou a totalidade do projeto, aquela época com 25 barragens planejadas”. Essas transformações não dizem respeito apenas à representação da área problemática como mais extensa, mas a um enriquecimento da compreensão dos processos e atores que (re) constroem e (re) produzem o território. A maturidade e a experiência decorrentes do prolongamento da luta, assim como o “espelhamento diante de outras situações de barragens” possibilitam a percepção de efeitos e impactos anteriormente não considerados, e que implicam em reformulações nos significados do território atingido e na identidade de atingido. É a isso que Moraes (e também Faillace) se refere quando aborda a questão do surgimento do “atingido indireto”, assim como da ampliação do sentido que lhe é correspondente. É significativo notar que tais transformações se dão num contexto de luta, no qual a Eletrosul busca impor uma visão simplificada dos processos sócio espaciais vinculados às barragens, que obviamente, lhe é conveniente, de acordo com uma lógica “que sempre considera os impactos de cada barragem isoladamente e não o conjunto das consequências das várias barragens sobre um rio ou bacia hidrográfica” (Ibid., p.231, 239 e 242).

O terceiro estudo é “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai 1979-1983”, texto de Franklin Rothman, incluído no livro *“Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul”*, organizado por Zander Navarro e publicado em 1996.

Rothman busca analisar a emergência do movimento de resistência à construção das barragens à luz da Teoria da Mobilização de Recursos, elaborada nos Estados Unidos na década de 1970, aplicando um “modelo de processo político das origens e da dinâmica da ação coletiva” (1996: 109). As referências para esse modelo são McAdam (1982) e Tilly (1978, 1982, 1984). Esse autor pretende identificar para o caso dos atingidos aqueles fatores que seriam, de acordo com seu marco teórico, fundamentais para a “mobilização inicial dos movimentos sociais”: a) uma “estrutura de oportunidade política”, que compreenderia componentes como o grau de abertura política, a estabilidade relativa das alianças políticas, o grau de coesão das elites e a presença de aliados e grupos de apoio; b) certo grau de organização preexistente da população em questão; c) um processo de “transformação da consciência política coletiva”. Seria, assim, a capacidade de mobilizar recursos externos (dados pela estrutura de oportunidade política definida pela conjuntura histórica em que se encontra a mobilização) e internos (referentes à “capacidade de organização”, vinculados à existência de redes de comunicação e recursos financeiros e ideológicos) o que explicaria o sucesso ou o fracasso de determinada ação coletiva. A organização de um sujeito coletivo na Bacia do Rio Uruguai, no início dos anos 1980, se torna possível na medida em que todas as condições e fatores requeridos se encontram presentes. E se os camponeses não dispunham, em um primeiro momento, de recursos de uma ou outra ordem (por exemplo, recursos financeiros ou uma rede de comunicação estruturada), os grupos que a eles se aliaram – em especial determinados segmentos progressistas da Igreja Católica e Luterana – se encarregaram de seu provimento.

Algumas ambiguidades podem ser apontadas no texto de Rothman no que diz respeito às formas através das quais se realiza a formação da identidade de atingido. Em determinados momentos, o autor parece trabalhar com uma concepção que considera a identidade como algo intrinsecamente estático, originando-se a partir de determinado acontecimento que a institui peremptoriamente e define, de uma vez por todas, seus conteúdos.

Para tratar da questão da identidade de atingido, Rothman busca associar ao quadro analítico em que se ampara à perspectiva “construtivista” de autores como Melucci³⁷, dedicado ao estudo dos “novos movimentos sociais” e das identidades por eles formadas. Em alguma medida, esse “uso *complementar* de duas abordagens paradigmáticas dominantes para explicar movimentos sociais” (ROTHMAN, p.133, grifos nossos) se revela problemático. Essa “complementaridade” entre as análises leva o autor a dissociar, em seu estudo, aspectos que, a nosso ver, encontram-se intrinsecamente imbricados. Afirmando que “uma abordagem conceitual de movimentos sociais precisa, simultaneamente, *tanto o lado estrutural quanto o lado simbólico dos movimentos sociais*” (ROTHMAN, loc.cit., grifos nossos), Rothman atribui à realidade da luta empreendida pela CRAB uma divisão decorrente de suas opções teóricas. Distingue os processos que caracterizam o movimento como “novo movimento social”, cuja identidade favorece a formação de uma cultura democrática no campo, conforme postulam as “abordagens construtivistas para explicar a ação coletiva” (ROTHMAN, loc.cit.), daqueles que dão conta da inserção do movimento no contexto político da época, enfatizando as relações que se estabelecem com aliados e adversários.

Na medida em que o autor considera a CRAB um “novo movimento social”, analisa a identidade a ela vinculada de acordo com o quadro geral característico das “perspectivas construtivistas”. Destaca o que esse movimento teria de comum com os outros (o já citado caráter “democratizador”, por exemplo), mas perde de vista o que poderia haver aí de específico, como a construção da questão das barragens como sendo simultaneamente um embate contra processos de expropriação e uma luta pela preservação do meio ambiente. Resta destacar que, ao estudar o impacto das barragens sobre as populações da Bacia do Rio Uruguai, esse autor considera que o que estava sob ameaça não eram apenas relações de reprodução da vida material. Ameaçando “as terras e sua herança cultural” [Grifos do autor], as barragens, para Rothman, colocavam em confronto visões distintas a respeito do território, onde se contrapunham seu entendimento como “conjunto de recursos”, conforme a ótica defendida pela Eletrosul, a uma vivência onde esse se apresenta dotado de outros significados, apresentando, para os colonos, um valor de pertencimento ou de origem. Nesse sentido, Rothman coloca:

[...] uma que se constrói ‘para fora’ na negação do outro e a que se constrói ‘para dentro’ em um processo de criação de formas próprias de organização e expressão, que negam práticas, valores e crenças que compõem a visão de mundo incorporada pelos mecanismos de dominação” (Ibid., p. 55).

Tal perspectiva é relevante na medida em que reconhece a complexidade inerente aos processos constituintes das identidades, indo além de esquemas mecânicos e reducionistas. Destaca-se, também, o caráter relacional e a *presença do outro* como elementos a serem considerados.

3.1.1 A Bandeira: Elementos de Construção de Uma Identidade Própria

Para Antônio Ciampa (1986), a identidade está em constante metamorfose e é construída em processos que duram a vida toda. Assim, somos os mesmos e somos diversos ao mesmo tempo. A respeito da construção social do MAB, Benincá (Ibid., p.94) procura expor alguns elementos utilizados pelo Movimento para concretizar esta construção, elencando alguns pontos fundamentais de identificação, como elementos simbólicos e afirma também que “A identidade de uma organização social perpassa necessariamente as pessoas que a integram, os objetivos que busca, as ideias que defende, as estratégias que utiliza, os símbolos que adota, a linguagem que emprega, etc” (BENINCÁ, loc.cit.).

Para concluir esse último capítulo sobre a construção identitária do MAB, faz-se aqui uma exposição do estudo realizado por Benincá acerca da simbologia da bandeira empregada pelo Movimento. O autor ressalta, no entanto que “nela (bandeira), inicialmente, só constava o mapa do Rio grande do Sul e de Santa Catarina, estados que seriam atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai (...)”. É importante destacar que essa bandeira identificava, então, a CRAB, embrião principal do que se tornou mais adiante o MAB, momento no qual foi substituído o mapa dos referidos estados pelo mapa do Brasil.

Um dos principais elementos simbólicos utilizados pelo Movimento na construção de uma identidade nacional está centrado na bandeira e Benincá faz uma breve descrição semiótica dessa. O autor lembra que ao analisar qualquer imagem implica-se a necessidade de descrevê-la e entender o contexto em que foi gerada: “A bandeira do MAB é um processo de construção coletiva” (Ibid., p.96).



Figura 2: Bandeira do MAB

(Disponível em: <http://informarapido.blogspot.com.br/2012/06/movimento-dos-atingidos-por-barragens_06.html> Acesso: 17 de jun. de 2012).

A análise de Benincá a respeito da simbologia inserida na bandeira é muito importante para entender o Movimento como um todo, pois reúne elementos condizentes à realidade dos atingidos de uma forma que esses possam se identificar através de situações comuns a todos. O autor analisa os elementos que compõe a Bandeira da seguinte forma (BENINCÁ, loc.cit.):

O **círculo** que contorna os demais elementos pode demonstrar o que o Brasil está inserido em uma realidade maior que se poderia identificar com o planeta. Essa ideia também estaria evidenciada na **torre**, já que esta está fixada fora do mapa do país e tem os **fios** que se estendem para além do seu território. Os fios tomam a direção Norte, dando a entender que a energia elétrica é um bem gerado aqui, mas que beneficia quem não é daqui. O **mapa**, em verde, retrata uma nação idealizada, sem problemas de desmatamento ou devastação da flora. Ao aparecer mergulhado na **água**, transmite-se a noção de um país que vai se afogando em barragens.

A torre alude claramente à implantação das hidroelétricas, em razão das quais **uma pessoa** é “crucificada”, ou seja, forçada a sair de seu território onde estão fixadas suas “raízes” e migrar, muitas vezes, para as periferias das cidades. Este indivíduo, ao ter o rosto indefinido, pode representar um número indefinido de atingidos por barragens de diferentes etnias. A presença de uma **pessoa crucificada** denota

também a identificação cristã da população, bem como a influência de membros da Igreja Católica alinhados com a Teologia da Libertação no processo de organização dos atingidos. Na torre vê-se **uma enxada e uma foice**, que simbolizam o trabalho na agricultura familiar, projeto defendido pelo MAB.

As **águas límpidas**, demonstradas pela cor azul, ao serem barradas inundam vastas áreas de terras, causando diversos tipos de impactos e danos. Essa ideia é referida no **slogan “Águas para a vida e não para morte!”**, cuja formulação revela forte inspiração bíblica. Na Bíblia, quando a água aparece no plural normalmente tem um sentido negativo ligado à ameaça e perigo (cf. Lc 3, 15; Jo 2, 9; Jo 4, 7; Jo 3, 15). As cores estampadas na bandeira trazem implicitamente a conjugação de diferentes ideias: de paz(branca), de preservação ambiental (verde e azul), de morte (preta), de luta na perspectiva socialista (vermelha). Todos esses elementos simbólicos presentes são constitutivos da identidade do MAB.

A denominação **Movimento do Atingidos por Barragens** identifica os que sofrem os impactos da construção de hidrelétricas. A palavra **movimento** sugere que tais pessoas não permanecem indiferentes diante desses projetos, mas desencadeiam ações concretas.

O adjetivo **atingido** encerra uma significação larga que pode abranger, a rigor, modos positivos e negativos. Dado a conhecer como um identificador dos que sofrem impactos negativos, ainda assim permanece extremamente amplo. De todo modo parece claro aos integrantes do MAB o reconhecimento de sua condição de “dominados” por mecanismos jurídicos, econômicos, políticos, e ideológicos. Isso não significa, porém, que aceitem tal estatuto. O adjetivo “atingido” pode ser transformado em verbo “atingir” (por exemplo, a cidadania) por esses indivíduos quando abandonam sua situação passiva e avançam na condição de sujeitos da história.

Ademais, de acordo com o MAB, os agricultores tiveram participação na escolha dos símbolos e das cores que a compõe. Destarte, a bandeira está presente nas mobilizações, reuniões e místicas realizadas pelo Movimento, bem como nas comunidades atingidas, nos reassentamentos.

Ao chegar à demonstração da Bandeira de um Movimento já instuído, encerro, então, minha análise de sua constituição e de sua identidade já estabelecida.

CONCLUSÃO

A primeira vez em que estive na cidade de Itá foi com a minha turma da escola, eu tinha então sete anos e estava na primeira série. Eu não sabia o que era uma barragem, uma usina hidrelétrica e não entendia sobre essas coisas. Entretanto, causou-me grande espanto saber que a cidade antiga ficaria abaixo da água e que as pessoas teriam que sair de onde moravam para construir uma nova cidade. O que me causou maior espanto foi quando voltei à cidade, já cursando a faculdade de História, e percebi que a estranheza não pareceu fazer parte do processo, o que foi refutado ao longo de minha pesquisa. Acredito que esse tipo de reação não contemple apenas crianças de sete anos que não entendem de barragem, nem de geração de energia, mas entendem de alguma forma como seu território e suas raízes são importantes dentro de nossa sociedade e para o se sentir dentro dela, dentro do mundo.

Sendo assim, tudo o que foi tratado nesse trabalho a respeito da identidade do atingido diz respeito a isto: o rompimento de um modo de vida, a quebra de uma identificação com seu lugar de morada, com sua forma de trabalho, de seu convívio social, aquilo que sentimos que nos constitui sendo enormemente modificado, desterritorializado. Acredito que nenhum morador atingido, não apenas aqueles que fizeram parte do MAB percebem isso de alguma forma. E como não perceberiam?

Algumas das importantes indagações, as quais mencionei na introdução desse trabalho, foram respondidas. A aparente conformidade da população atingida perante os grandes projetos de barragens realmente era apenas aparente. A população teve seu espanto, suas preocupações, suas indagações a respeito dos efeitos que tais projetos produziram em suas vidas e muitos não foram pacíficos em relação a isso.

Eu nasci em Concórdia, SC, uma das cidades afetadas pela construção da barragem de Itá. Vivi lá até meus dezessete anos, mas depois do espanto que tive aos sete, não pareci ter percebido mais a grande transformação que ocorria ao meu redor, não me preocupei com isso e acredito que muitas das pessoas que não foram atingidas diretamente também não refletiram a respeito. O MAB é um Movimento conhecido pela maioria da população das cidades que fazem parte da Região do Alto Uruguai? Ouso dizer que não. A atuação desse Movimento naquela região tem um importante papel não só para aquela, mas para a sociedade como um todo? Ouso dizer que sim.

A geração de energia através da utilização da água, baseada na construção de usinas e barragens, que afetam não somente o espaço físico (a terra, a casa, a fauna, a flora), mas também o sentimento de pessoas que fazem parte deste meio (a cultura, a identidade, os laços afetivos). Não só no Brasil como em outras partes do globo é um fato, assim como são fatos também os conflitos gerados nesse contexto.

A percepção que não tive na infância, nem na adolescência sobre a relevância de todo esse contexto foi despertada ao longo deste estudo. O conhecimento da importância da luta, da organização para a ação diante dos acontecimentos, nas transformações de realidades, na busca e na obtenção de direitos e de justiça para aqueles que, muitas vezes são negligenciados ficou evidenciado nessa busca. Isso não significa que meu entendimento a respeito do meu objeto escolhido para investigação esteja concluído. Como diz Pedro Demo em seu livro “Introdução à metodologia da ciência” (1996), construir um trabalho científico nas ciências sociais não é pretender produtos acabados, verdades definitivas, mas cultivar um processo de criatividade que é marcado pelo diálogo consciente com a realidade social que quer compreender, também para transformar.

Acredito que a atitude assumida pelos atingidos pela barragem de Itá na obtenção de direitos para os atingidos como um todo, não só naquela região, como no restante do país tenha sido evidenciada neste trabalho, assim como o importante papel que a organização destes militantes teve para a organização e união da luta pelo direito dos atingidos em todo país. Acredito, porém, que o desejo real do Movimento como um todo não seja a sua ampliação, mas o desejo de que este não tenha mais necessidade de existir.

Apesar de reconhecer as conquistas e apreciar os valores defendidos pelo MAB, sei que não significa que dentro desse não existam questões a serem superadas, como disse Benincá:

Claro, para os movimentos sociais também temos que olhar com um olhar crítico. Não dá pra dizer que o movimento social por si só é o salvador da pátria. Todos os movimentos sociais têm suas limitações, não é? Mas o MAB, em específico, vem trabalhando muito com a questão, por exemplo, da relação de gênero. É uma questão pedagógica importante, porque daqui a pouco você luta contra o imperialismo das empresas que constroem uma hidrelétrica e, de repente ali, com a questão de gênero você estabelece uma dominação. Claro que a questão não é simples, automática, mas no Movimento algumas mulheres reivindicam isso. (BENINCÁ, outubro de 2012).

Mais uma questão referente aos problemas existentes dentro do Movimento aqui estudado e que diz respeito ao ponto central desse trabalho é a referente à identidade. Como foi explicado no terceiro capítulo, o conceito dessa é algo trabalhado por diversos estudiosos e por mais que se busque um estudo e produção objetivos, que esclareçam esse conceito, o mesmo não é tão simples de ser pensado e compreendido. Por mais que existam discussões e propostas aprofundadas a respeito, essas continuam, muitas vezes a serem abordadas de forma rasa.

Ao sentir sua identidade, seja ligada ao seu espaço de trabalho ou de convívio social, muitos das pessoas que percebem identificação com a luta do MAB passam a assumir uma identidade que se sobrepõe sobre as outras, a de atingido. A identificação com esse termo, algumas vezes, parece não mais ser assumida por algumas pessoas que antes a utilizavam na luta para reivindicação de seus direitos. Algumas se sentem atingidas até o momento em que sua vida é reestabelecida, em que novos laços de identificação as permitem novamente se sentir parte de um lugar, de maneira que possam voltar, por exemplo, a serem agricultores e, dessa maneira, não parecem mais se preocupar com as questões sociais vivenciadas por outrem.

Ao longo dessa pesquisa, enquanto divagava sobre essas questões a respeito das relações de identidade, suas construções, suas mutações, etc., me deparei com uma frase do biólogo e escritor moçambicano Mia Couto e termino esse trabalho citando-a: “Me custa chamar lembranças. Porque a memória me chega rasgada, em pedaços desconstruídos. Eu quero a paz de pertencer a um só lugar, eu quero a tranquilidade de não dividir memórias. Ser todo uma vida” (COUTO, s/d).

REFERÊNCIAS

- BENINCÁ, D. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- BOURDIEU, P. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998b.
- BOURDIEU, P. **Décrire et prescrire**. Notes sur les conditions de possibilité et des limites de l'efficacité politique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v.3, 1981.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- FAILLACE, S. **Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- GOHN, M.G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- GUEDES, A. D. **Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso dos atingidos por barragens/ André Dumans Guedes**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.
- MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). **Projeto Trienal – Fortalecendo a Organização e a Luta dos Atingidos por Barragens no Brasil**. Brasília, 2005.
- MORAES, M. E. de. **No Rastro das Águas: Pedagogia do Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Departamento de Educação – PUC/RJ, 1994.
- ROTHMAN, F. D. “A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai 1979-1983”. In: NAVARRO, Z. **Política, Protesto e Cidadania no Campo**. As Lutas Sociais dos Colonos e dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- SILVA, G.R. **Educação de Jovens e adultos no campo: o trabalho do movimento dos atingidos por barragens**. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-no-campo-o-trabalho-do-movimento-dos-atingidos-por-barragens/40205/> >. Acesso em: 18 de maio 2012).

TOURAINÉ, A. **O Retorno do Actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

VAINER, C. Águas para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: **Justiça Ambiental e Cidadania**. H. Ascelrad; S.Herculano; J. A. Pádua, (orgs.). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Anais do IX Encontro da ANPUR. Rio de Janeiro, 2001.

_____; ARAUJO, F. B. G. **Grandes Projetos Hidrelétricos e Desenvolvimento Regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. **Lugar, região, nação, mundo: uma leitura histórica do debate acerca das escalas da ação política**. Palestra apresentada para concurso para Professor Titular. Mimeo, 2005

Documentais:

Entrevistas com Dirceu Benincá.

Entrevista com Leonilda Maria Funez.

Recortes de jornais do arquivo histórica da Casa de Cultura de Itá, SC.

ANEXO 1 – Reportagem Itá: “Até Quando?” Em “A Enchente do Uruguai”.

ITÁ:

Até quando?

Cs atingidos pela barragem de Itá terminaram o ano de 1995 sem novidades. Foi mais um ano de mobilização e luta para pressionar a Eletrosul a cumprir com os acordos firmados. É importante lembrar sobre a Audiência realizada em março/95 onde a empresa, através de seu Presidente, comprometeu-se em comprar 4.000 hectares de terra para reassentamento e apenas uma área de 1.200 hectares foi adquirida; graças a pressão dos atingidos onde permaneceram uma semana acampados em frente aos escritórios da empresa em Florianópolis até que esta área fosse comprada.

Referente as indenizações, segundo levantamentos realizados, existem 3 mil hectares de terra para serem indenizados. Isso significa 21% da área que será ocupada pelo lago da usina.

Dos 42 núcleos comunitários apenas 04 estão em fase de construção.

Dos 130 km de estradas, apenas 50 km foram feitos.

As 02 áreas para preservação ambiental não foram adquiridas.

A empresa não iniciou a relocação das vilas.

Existem inúmeros casos pendentes e conforme a Eletrosul deverá realizar um levantamento de todos os casos pendentes até o mês de fevereiro. Os primeiros casos a serem indenizados seriam de atingidos de Aratiba, Itá e Concórdia.

Atingidos realizam pesquisa de preços

No mês de outubro foi aprovada a pesquisa de preços onde aconteceu no três estados do Sul do Brasil, onde participaram técnicos da empresa e representantes dos atingidos pela barragem de Itá.

Os preços pesquisados foram da terra, frutíferas e materiais de construção. No geral a pesquisa aumentou 7%. A terra baixou 13%, os materiais de construção aumentaram 23% e as frutíferas tiveram um aumento com exceção da erva-mate citrica que baixou cerca de R\$ 2,00 por pé.

Nova Pesquisa

Já está acertado entre CRAB e Eletrosul a realização da nova pesquisa de preços para o mês de fevereiro/96.

Consumidor vai pagar a conta de Itá

Quando a Hidrelétrica de Itá ficar pronta as tarifas de energia elétrica ao invés de baixarem (ou no mínimo se manterem estáveis) serão aumentadas. Mas elas ficarão mais caras apenas para o consumidor. Os grupos privados que participam do consórcio que finalizará as obras da usina terão além do direito a 60% da produção (independente das necessidades que a Região Sul, sob responsabili-

de da Eletrosul, venha a ter) como também a uma tarifa de R\$ 25,00, um preço subsidiado por toda a população brasileira.

Para as empresas privadas integrantes do consórcio a tarifa de energia será de R\$ 25,00, livre de qualquer taxa-ção e para a Eletrosul terá um custo de R\$ 52,75 ao MW.

QUE ROUBO, HEMI?!

**ANEXO 2 – Reportagem “Usina de Itá é inaugurada hoje em clima de
tensão”**

PÁGINA QUATRO

ENERGIA

Usina de Itá é inaugurada hoje em clima de tensão

Milhares de manifestantes devem acompanhar ato que terá presença de Rodolpho Tourinho

Darel Debona

11A

Uma das sete maiores hidrelétricas do Brasil, a Usina de Itá será inaugurada hoje às 12h30min em clima de tensão. Em virtude da presença das autoridades como o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, do vice-governador de Santa Catarina, Paulo Bauer e do governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) está preparando uma grande mobilização.

Um grupo de 50 pessoas está acampado próximo à usina desde quinta-feira e outros chegaram dezenas de ônibus com

agricultores de várias regiões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Até o final da tarde de ontem cerca de 700 pessoas já estavam no local e é previsto de que o número de manifestantes chegue a atingir entre 4 e 8 mil pessoas.

Cerca de 100 policiais militares de Santa Catarina - incluindo Pelotão Especial (tropa de choque) de Chapecó, Grupo de Resposta Tática de Herval do Oeste e pelotões de Concoórdia e Itá - montaram três barreiras nos acessos à usina pelo lado catarinense. Outros 100 policiais militares do Rio Grande do Sul devem bloquear o lado gaúcho. Helicópteros e barcos também estão sendo usados no esquema de segurança.

Todos os ônibus que chegam no lado

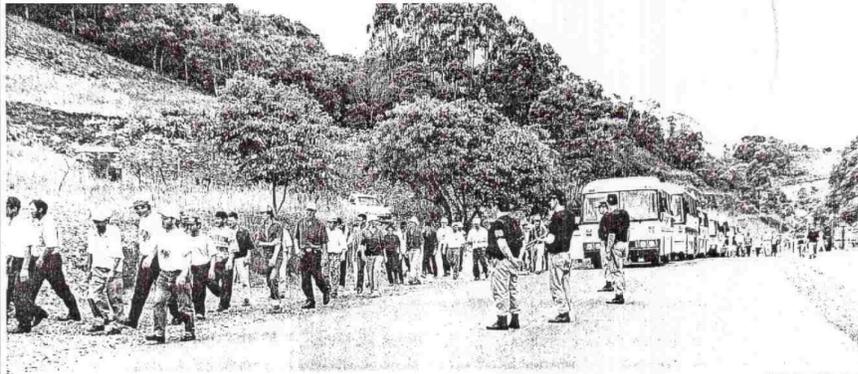
de são revistados. Várias faixas e cartazes, além de botijões de gás, foram apreendidos. Também foi apreendido um Fiat Uno placas LYN de Erechim (RS), suspeito de ter sido utilizado para jogar um coquetel molotov (bomba incendiária de fabricação caseira) no Centro de Atendimento ao Visitante (CAV) às 2h de ontem. Houve detonação, mas as chamas não atingiram o CAV. O condutor do veículo, Milton Bizzi, afirmou que o veículo pertencia a um assentamento de agricultores e que não sabia da bomba.

O MAB também demonstrou descontentamento do caso.

O MAB pretende obter uma audiência com o ministro Rodolpho Tourinho e representantes da Gersul, principal con-

cessionária da usina. De acordo com um dos coordenadores, Pedro Melchior, o MAB quer R\$ 3 mil de custeio para extra de 3 mil famílias atingidas, solução para acordos pendentes e maior indenização, entre outras reivindicações.

A obra, com custo estimado de 188,1 bilhão, terá potência instalada de 1,45 mil megawatts (1,45 milhão de quilowatts). De acordo com o presidente da Gersul, Manoel Zaroni Torres, essa potência representa 2,3% da energia gerada no Brasil, podendo alimentar uma cidade com 3,5 milhões de habitantes ou cerca de 70% da demanda de Santa Catarina. A usina está entrando em operação comercial com a terceira das cinco turbinas previstas, gerando 780 megawatts.



1000/01/04/01/01/01

CONCENTRAÇÃO: Movimento dos Atingidos por Barragens chega ao local sob vigilância de policiais catarinenses e gaúchos que montam barreiras para controlar situação

Prefeitura espera retorno com o turismo de águas

A Usina Hidrelétrica de Itá vai incrementar a economia dos municípios atingidos com a geração de impostos e investimentos no turismo, afirma o presidente da Gersul, Manoel Zaroni Torres. Segundo ele, somente em retorno de impostos serão R\$ 9 milhões anuais para os municípios gaúchos e catarinenses atingidos, além de R\$ 8 milhões para o governo federal.

O prefeito de Itá, Milvo Zanenaro, espera receber mais de R\$ 40 mil por mês por uso dos recursos hídricos do

município e aumentar a receita mensal de R\$ 300 mil para R\$ 510 mil, com o movimento turístico. O lago, segundo ele, deve atrair milhares de pessoas para a prática de jet-ski, passeios de barco e banhos nas águas da barragem. Recentemente foi realizada a Copa Sul de Jet-ski no lago, com três mil visitantes. Atualmente 4,8 mil pessoas visitam mensalmente a cidade.

A partir dos investimentos em infraestrutura, a meta é atrair até 30 mil visitantes por mês. Há um projeto para in-

vestimento de R\$ 31 milhões nos próximos cinco anos na implantação do Parque Termas Itá. O complexo prevê cinco hotéis, piscinas, restaurantes, teleféricos, camping, praia artificial e marinas. O projeto de dois hotéis já está sendo concluído, com total de 168 apartamentos.

A prefeitura investiu R\$ 901 mil na abertura de um poço artesiano com 900 metros de profundidade, com objetivo de encontrar água sulfurosa, que além da temperatura elevada possui sais e qualidades medicinais. O poço começou a

jorrar água na semana passada. Para o Verão deverão estar concluídos um teleférico, duas piscinas e uma bateria de chuveiros.

Outras atrações da cidade são as torres da igreja velha, que foram preservadas e desmontadas no lago, o Centro de Divulgação Ambiental com os projetos da Gersul (empresa concessionária da usina de Itá) e material recolhido em 30 sítios arqueológicos. A administração da cidade, que foi totalmente reconstruída, também desperta atenção.

ANEXO 3 – Reportagem: “Manifestantes enfrentam polícia”.

Y INFRA-ESTRUTURA

Manifestantes enfrentam polícia

Integrantes do MAB forçam barreira mas são controlados pelo esquema de segurança

A Gerasul montou um enorme aparato de segurança para evitar que os cerca de 700 manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) prejudicasse a solenidade de inauguração da Usina Hidrelétrica de Itá. O ato inaugural foi realizado dentro do canteiro de obras da usina, com acesso limitado às pessoas envolvidas. Somente os veículos da empresa são autorizados pela segurança a posar entrar no local. Cerca de 200 policiais militares gaúchos e estarianenses, além da Polícia Federal, montaram barreiras para impedir o acesso dos manifestantes à área reservada às autoridades.

Na segunda-feira, os policiais revistaram 16 ônibus que chegaram a Itá lotados de agricultores. Na operação, foram recolhidas facas e espadas para diásporas encontrados em poder dos manifestantes. Mesmo assim, ontem houve um confronto. Por volta das 12h30min, um grupo estava sendo conduzido por um carro de som em direção à obra quando foi barrado, ainda dentro da cidade de Itá. Quando os agricultores chegaram na barreira onde estavam os policiais, teve início uma discussão que resultou em empurrões.

Um dos manifestantes foi pego pelo processo por um policial. Segundo o comandante da Polícia Militar de Itá, tenente Ricardo Alves da Silva, os manifestantes forçaram a barreira e desafiaram alguns policiais, o que acabou gerando o conflito. Nesse momento, houve a agitação das bandeiras do movimento,

cujos mastros eram de madeira e pintados.

A situação, no entanto, foi controlada rapidamente. As duas partes conseguiram chegar a um entendimento, de forma que o carro de som prosseguisse até um acampamento improvisado na estrada de acesso à usina, localizando a dois quilômetros da ponte na fronteira com o Rio Grande do Sul e a seis quilômetros do local onde estava sendo realizada a inauguração da usina.

Nesse local, os policiais montaram uma barreira de forma a impedir que os manifestantes saíssem do acampamento e transcusessem a estrada. De acordo com o depoimento de alguns policiais, os agricultores possuíam pouco um acampamento, provavelmente com o objetivo de bloquear o tráfego. Outrem mesmo os manifestantes se retiraram de Itá e voltaram para suas cidades de origem.



CHOQUE: Policiais montam aparato para evitar o acesso dos manifestantes à área da inauguração, restrita aos convidados

Gerasul libera R\$ 300 mil para lavouras

Não era o que o Movimento dos Atingidos por Barragens esperava, mas na audiência de uma comissão do movimento com a Gerasul, realizada cerca de duas horas antes da inauguração da Usina de Itá, a empresa acabou liberar R\$ 300 mil a fundo perdido para custeio das lavouras. Além disso, ficou definida uma nova audiência para sexta-feira, às 11h, na sede da Gerasul em Florianópolis. Nadi Barro, da direção nacional do MAB, disse que o volume liberado pela Gerasul é insuficiente, mas considerou um avanço o fato de a empresa reconhecer que tem uma dívida com os agricultores atingidos pela obra.

A reivindicação do MAB é de R\$ 3 mil para cada uma das 3 mil famílias atingidas pela barragem, num total de R\$ 9 milhões. Esse dinheiro seria a fundo perdido para o custeio do plantio da safra de Verão. Barro calculou que o dinheiro liberado pela Gerasul seria suficiente para atender a apenas 100 famílias.

O outro reivindicação dos agricultores é em relação à indenização dos 100 metros de preservação ao redor do lago de Itá. O MAB considera muito baixo o valor de indenização para a remoção dos beneficiários e restrição do plantio. O diretor de implantação de projetos da Gerasul, Roberto Quadros, informou que

existem 170 beneficiários com atividades poluidoras e 100 propriedades com restrição de uso e que mais de 50% já acertaram o valor. Ele acredita que o valor pago está de acordo com o mercado. Quadros considera que muitos pleitos não são de responsabilidade da Gerasul.

Os integrantes do MAB também tiveram audiência com o ministro Rodolpho Tourinho, em Foz de Iguaçu. O movimento reivindicou do governo federal R\$ 30 mil por família, com juros subsidiados, além de uma discussão dos projetos de barragens para não prejudicar as populações. Tourinho ficou de levar as solicitações ao governo federal.

ENERGIA

LI O presidente da Celes, Francisco Küster, disse ontem em Itá que a empresa está negociando com a Gerasul, sua fornecedora, uma redução para a divergência envolvendo o reajuste tarifário da energia adquirida. A Celes não reconheceu na íntegra o mais recente aumento autorizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a Gerasul, comunicando a fornecedora que iria pagar apenas um terço do índice. "Somos o maior cliente deles, mas o Estado não quer onerar a economia catarinense", observou Küster, que acompanhou a solenidade de inauguração da usina de Itá, da qual a Gerasul é o principal acionista individual.

LI O presidente do ENDEES, Francisco Gees, disse ontem que é preciso que se criem pré-qualificações para que investidores em empreendimentos possam desbancar no país. Segundo ele, 70% do custo de uma usina são pagos em dólar. O grande desafio é discutir o que é necessário para viabilizar estes investimentos, já que o Brasil tem um longo dos recursos (empresários); os empreendedores, de 30% a 40%; e o resto através de "project finance", o que depende de outras instituições financeiras. "Os bancos dizem que precisam de garantia em dólar para aceitar nos projetos e os juros acabam não decrescendo", disse Gees.

LI Apesar da falta de definição para os empreendimentos no setor de hidrelétricas, alguns projetos estão sendo anulados. Juan Madrigal, presidente da hidrelétrica Cachoeira Dourada, do grupo espanhol Endesa, disse ontem que o grupo tem interesse em participar das licitações de construção de termelétricas no Brasil. Ele anunciou ainda que o grupo espanhol também quer entrar no mercado de pequenas hidrelétricas, com potência de até 50 megawatts, que ainda serão licitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

LI A Aneel realiza amanhã audiência pública para discutir a proposta de resolução que estabelece metas de universalização do fornecimento de energia elétrica para as concessionárias do setor. A audiência pública será realizada na sede da Aneel, em Brasília, e em outros oito capitais. De acordo com a minuta da resolução, as concessionárias devem apresentar um plano anual de metas de atendimento às áreas urbanas e rurais para os próximos cinco anos. As empresas, segundo a proposta, seriam obrigadas a atender 100% da demanda na área rural no fim dos cinco anos.

LI O Horário de Verão já resulta em economia de energia. Os consumidores estão mudando os hábitos habituais de banho nas regiões Sul e Sudeste do país. Este fato é confirmado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), que, no sistema Interligado, tem disponível de reserva 4,1 mil megawatts e só consome cerca de 2,7 mil megawatts. No país, segundo o secretário de Energia de São Paulo, Mauro Arce, o consumo até este mês evoluiu 5,2% e não deve ser muito diferente no fim do ano. Isso porque, até Itá, as indústrias terão reduzido as produções, pois já terão atendido as encomendas do comércio.

